



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

001

LICITAÇÕES

PROCESSO PREGÃO: 105/2019

MODALIDADE: PREGÃO - PRESENCIAL Nº 073/2019

OBJETO: Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.

SOLICITANTE: Divisão de Serviços Rodoviários

DATA DO INICIO DO PROCESSO: 15/10/2019

DATA DE ABERTURA DO PREGÃO.: 30/10/2019



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

002

Alto Paraíso - PR, 15 de Outubro de 2019.

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, está sempre preocupada em manter os veículos/maquinários/equipamentos, em bom estado para rodagem, porém não podemos deixar de citar a importância da limpeza dos mesmo.

Sendo assim, é que vimos por meio deste, solicitar que seja aberto um processo licitatório na modalidade pregão presencial para a “Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.”

Informamos que realizado uma cotação de preço no comercio local, verificamos que o valor previsto para tal aquisição será de aproximadamente R\$ 18.995,00 (Dezoito Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais).

Sendo só para o momento.

JOB REZENDE NETO
SECRETARIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ORÇAMENTO						
INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO						
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
1	100	Balde	InterCap Concentrado, Balde de 50 Litros	178,70	17.870,00	Paraná Química
2	50	Balde	Solupan Concentrado, Balde de 50 Litros	118,70	5.935,00	Paraná Química
3	10	Balde	Shampoo Concentrado, Balde de 50 Litros	179,00	1.790,00	Paraná Química

ORÇAMENTO PARA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

PRAZO E VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 DIAS

PRAZO DE ENTREGA: 05 DIAS APÓS EMISSÃO DO PEDIDO

João R. Costa
ASSINATURA E CARIMBO:

04.162.105/0001-06

G.A.E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

AV. ALEXANDRE CERBATO, 1000

-LARIQUÊ PARAÍSO

[07507 198 - 08/10/2016 - PR]

LOCAL E DATA: Umuarama, 26 de Agosto, 2019



004

NOVAL PRODUTOS DE LIMPEZA**I BARBOSA DOS SANTOS**

AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO 2012

CNPJ 28.487.889/0001-00

IPORÁ - PR

CEP 87560-000

PAGAMENTO A VISTA

VALIDADE ORÇAMENTO: 60 DIAS

PRAZO DE ENTREGA: 05 DIAS

A/C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR	TOTAL
100	INTERCAP CONCENTRADO 50 LITROS	NOVAL	R\$ 125,00	R\$ 12.500,00
50	SOLUPAN CONCENTRADO 50 LITROS	NOVAL	R\$ 125,00	R\$ 6.250,00
10	SHAMPOO CONCENTRADO 50 LITROS	NOVAL	R\$ 125,00	R\$ 1.250,00
				R\$ 20.000,00

IPORÁ 27/08/2019

NOVAL PRODUTOS DE LIMPEZA

28 487.889/0001-00

I. BARBOSA DOS SANTOS

AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 2012

CENTRO - CEP 87.560-000

IPORÁ - PR

RAMOS & CAMPANA LTDA

PRODUTOS DE LIMPEZA

Rua Paul Percy Harris, 2552 - Zona VII - CEP: 87503-530
Umuarama - Pr / Fone: (44)3639-0098

ORÇAMENTO

<u>ITEM</u>	<u>PRODUTO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITARIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
1	INTERCAP CONCENTRADO DE 50 LITROS	100	R\$ 131,00	R\$ 13.100,00
2	SOLUPAN CONCENTRADO DE 50 LITROS	50	R\$ 131,00	R\$ 6.550,00
3	SHAMPOO CONCENTRADO DE 50 LITROS	10	R\$ 131,00	R\$ 1.310,00
				R\$ 20.960,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 DIAS
PRAZO DE ENTREGA: 20 DIAS

UMUARAMA-PR, 11 DE OUTUBRO DE 2019.

RAMOS & CAMPANA LTDA
CNPJ 11.328.244/0001-14

RAMOS & CAMPANA LTDA
CNPJ: 11.328.244/0001-14



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

006

DA.: SECRETARIA ADMINISTRATIVA

PARA: SETOR DE CONTABILIDADE

REF.: SOLICITAÇÃO DE SALDO

Solicito informar se há saldo de dotação e que, se a resposta for sim, que seja na mesma hora realizado a reserva da mesma para “Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.” seguindo as condições particulares deste Edital; num valor aproximado de R\$ 18.995,00 (Dezoito Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais).

Alto Paraíso - PR, 15 de Outubro de 2019.

JOB REZENDE NETO
Secretario Geral de Administração



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

COMUNICAÇÃO INTERNA

DE: Departamento de Contabilidade.

PARA: Secretaria de Administração.

REF.: CLASSIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RESERVA DE SALDO E CONFIRMAÇÃO DE SALDO.

Vimos através desta informar a classificação orçamentária e confirmação do saldo do processo licitatório discriminado a seguir:

Objeto:	Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.
Valor Estimado – R\$:	18.995,00.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO	PRINC.
4108	339030220000	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	10.02.00.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS	726

Alto Paraíso - PR., 15 de outubro de 2019.

RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE
Contador



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

008

Alto Paraíso - PR., 15 de Outubro de 2019.

Exmo. Sr.

DERCIO JARDIM JUNIOR

DD. Prefeito do Município de Alto Paraíso

NESTE

Senhor Prefeito,

Pelo presente, solicito autorização de Vossa Excelência para a aquisição de produtos alimentícios, conforme requisição em anexo:

- Aquisição de Intercep, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital; num valor aproximado de R\$ 18.995,00 (Dezoito Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais), no qual já realizamos a reserva da dotação.

Para cobertura das despesas com o presente, será utilizada dotação:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO	PRINC.
4108	339030220000	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	10.02.00.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS	726

Necessário a realização de abertura de procedimento licitatório na modalidade de: PREGÃO PRESENCIAL.

Sendo só o que se apresenta para o momento,

JOB REZENDE NETO

Secretario Geral de Administração

Autorizo, cumprida a formalidade legal. Encaminha-se ao Setor Administrativo para providência em: 15/10/2019.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



JUSTIFICATIVA

Trata o presente processo com o objetivo de aquisições de refeições, com o Objeto específico de ***“Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital”***. Solicitado pela Secretaria de Administração, conforme ainda expõe no pedido o secretário como segue:

Num valor máximo de R\$ 18.995,00 (Dezoito Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais), obtidos com base em três orçamentos com empresas do ramo, sendo que fora utilizado o menor orçamento para base do preço máximo disposto.

Ainda como solicita e justifica o Sr. Job Rezende Neto, secretário Geral de Administração.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso está sempre preocupada em manter os veículos/maquinários/equipamentos, em bom estado para rodagem, porém não podemos deixar de citar a importância da limpeza dos mesmos.

“Vimos por meio deste, solicitar que seja aberto um processo licitatório na modalidade pregão presencial para a Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.

O Departamento de Contabilidade informou a existência e a reserva de saldo de dotação para a contratação pretendida.

Em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, a licitação deverá ser exclusiva para MPE's, EPP's e MEI's, em razão da mesma ter dado valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), por lote/item de forma divisível quando for o caso.

Diante disto, são essas as nossas justificativas para, com fundamento na Lei 8.666/93 e demais regramentos pertinentes realizar



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

010

licitação para contratação mencionada, submetendo o presente à apreciação da Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

Alto Paraíso, 15 de Outubro de 2019.


Valdemir Ribeiro Sparapan

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

011

PORTARIA N.º 152/2019

DATA: 03/04/2019

AUTORIA: Executivo Municipal

SÚMULA: Nomeia Pregoeiro e Altera Equipe de Apoio do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2019.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º) Nomear os Sr (a)s para comporem a Equipe de Apoio do Município de Alto Paraíso, a fim de oferecerem suporte para o Pregoeiro do Município, nomeando as pessoas abaixo relacionadas:

Pregoeiro: Valdemir Ribeiro Sparapan, CPF nº 005.876.549-29

Secretário: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva CPF nº 066.334.889-71

Membros: Cinthia Laize Zagoto CPF nº 018.315.769-96

Maria de Oliveira Caetano CPF nº 034.210.259-16

Marilda Rosa do Nascimento da Silva CPF nº 033.220.759-58

2º). Esta portaria terá vigência de 1(um) ano a partir desta data.

3º). Fica revogado a Portaria 013/2019.

4º). Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso,
Estado do Paraná, aos 03 (três) dias do mês de Abril de 2019.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 04 / 04 / 2019
Edição N.º 11525



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

012

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2019

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

NOME DA EMPRESA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

CIDADE:

ESTADO:

TELEFONE FIXO:

CELULAR:

Obtivemos através do acesso a pagina www.altoparaiso.pr.gov.br, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, de _____ de 2019.

(carimbo, nome e assinatura do responsável)

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remeter ao Setor de Licitações, preferencialmente pelo e-mail: licitacaoaltoparaiso@yahoo.com.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura de Alto Paraíso, Estado do Paraná, da responsabilidade da comunicação por meio de telefone ou e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no Instrumento Convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 013

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 073/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Objetivando a **“Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital”**. A qual será redigida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e alterações posteriores, demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação e pelas condições do presente Edital.

O edital será disponibilizado para consulta no site <http://altoparaíso.pr.gov.br/licitacoes.php>, na Sala de Licitações, na Prefeitura Municipal, sito, Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro, nos seguintes horários: das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira.

1 – DA ABERTURA E LOCAL

1.1. O Pregoeiro e sua equipe de Apoio receberão os envelopes contendo as propostas e a documentação de habilitação até as **09h00min do dia 30 de Outubro de 2019**, onde na sequência dará início a sessão de credenciamento dos proponentes interessados e subsequente ao término deste, a abertura do pregão em sessão pública, com abertura dos envelopes propostas.

1.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1.2. A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Reuniões no Paço Municipal, qual será conduzida pelo Pregoeiro Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan, com o auxílio da Equipe de Apoio composta pelos senhora(s), Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva, Marilda Rosa do Nascimento da Silva, Maria de Oliveira Caetano e Cinthia Laize Zagoto. Designados pela portaria nº 152/2019, com data de 03 de Abril de 2019, publicado no diário oficial do município (Umuarama Ilustrado) em 04 de Abril de 2019.

1.3. Informações poderão ser solicitadas o Pregoeiro por escrito, via mensagem de Fax (44) 3664-1320, ou protocolados nesta municipalidade.

2 – DO OBJETO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

014

2.1. “Aquisição de Intercep, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital”.

2.1.1. Os produtos desta licitação deverão ser entregue no local indicado pela Administração.

2.1.2. Nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014, a presente licitação é destinado à participação exclusiva de ME E EPP.

2.2. **VALOR MÁXIMO A SER INVESTIDO:** R\$ 18.995,00 (Dezoito Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais).

LOTE I – Intercep, Solupan e Shampoo – R\$ 18.995,00;

2.3. **PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:** O prazo de execução dos serviços será de até 05 (cinco) dias a partir da assinatura da requisição do município..

2.4. **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12(doze) meses, ressalvado o direito de prorrogação.

2.5. Os produtos serão solicitados, durante a vigência do contrato, conforme a necessidade do Município.

2.6. Todos os encargos e obrigações, bem como despesas com o transporte, frete, bem como, disponibilização de pessoal, etc, necessários ao completo desempenho deste objeto, correrão por conta da contratada.

2.7 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.8. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Federal nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 5.504 de 05 de agosto de 2005, Decreto Federal nº 7.892/2013, da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da aquisição que preencherem as condições constantes deste edital.

3.2. Não poderão participar empresas estrangeiras que não funcionem no País, interessados que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 015

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.3. Como condição de participação, em atendimento ao art. 4º, VII, da Lei 10.520/2002, a empresa deverá apresentar declaração, de forma escrita na Sessão Pública do Pregão, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

3.4. A participação neste Procedimento Licitatório importa a proponente à irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital e seus anexos, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.5. É vedada a participação direta ou indireta na licitação:

a) de empresas que tenham em seu quadro, funcionário da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso ou membro de sua administração como dirigente ou responsável técnico;

b) de empresas que, a qualquer tempo, possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

c) de empresas que não possuam instalações comerciais para atendimento.

3.6. É vedada à licitante vencedora a subcontratação na entrega dos produtos.

4 - DO CREDENCIAMENTO E REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

4.1. No momento do credenciamento, deverão ser apresentados fora dos envelopes nº 01 e nº 02:

4.2. Tratando-se de representante legal da empresa:

a) apresentar o **Estatuto Social, Contrato Social ou outro Instrumento de Registro Comercial, (original ou cópia autenticada)** registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3. Tratando-se de procurador da empresa:

a) **Procuração** por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos, e desistir de sua interposição, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. **Com reconhecimento de firma da assinatura.** (O documento deverá ser apresentado na sua versão **original ou cópia autenticada**)



4.4. **Declaração de Microempresa (MP), MEI ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, quando for o caso. **(Anexo II)**

4.5. **Termo de Credenciamento (Anexo III)**

4.6. **Termo de Concordância e submissão ao edital (Anexo IV)**

4.7. Da comprovação de **MICRO EMPRESA (ME), MICRO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL (MEI) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**.

a) **Declaração** firmada por contador com prazo de validade de até 90 (noventa) dias a contar da data de emissão. **(sem modelo anexo)** (documento exigido apenas para **Micro-Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte - EPP e Micro Empresário Individual**); e/ou

b) **Certidão Simplificada**, expedida pela Junta Comercial com prazo de validade de até 90 (noventa) dias a contar da data de emissão;

4.8 - **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação (Anexo VI)**

4.9. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.10. Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.11. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

4.12. Caso o licitante por equívoco, apresente os documentos de credenciamento dentro de um dos envelopes I ou II, o mesmo deverá ser retirado e novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes, não sendo motivo para desclassificação do licitante.

4.13. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Apoio e juntados ao processo administrativo.

5 - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos financeiros para fazer frente às despesas desta Licitação, correrão por conta do orçamento desta Prefeitura, próprios das secretarias listadas, previstos para este exercício.

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO	PRINC.
-------	----------	-----------	-----------	--------------	--------



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 017

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

4108	339030220000	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	10.02.00.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS	726
------	--------------	---------------------------------------	----------------------------	---------------------------------	-----

6 – DAS DESCRIÇÕES DOS ITENS E PREÇOS MÁXIMOS

6.1. O anexo J-A trará a descrição sucinta dos itens, com seu detalhamento e a descrição técnica dos mesmos, bem como os preços máximos aceitáveis.

7 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1. As Propostas de Preços e Documentos de Habilitação devem ser entregues em envelopes distintos e fechados, trazendo na sua parte frontal externa as informações abaixo:

a) ENVELOPE – I	b) ENVELOPE – II
Envelope nº. I - Proposta de Preços Pregão nº. ____/2019 Nome Completo do Licitante Data e horário de encerramento do credenciamento e abertura dos envelopes: ____/2019 - horário: ____:00 horas	Envelope nº. II - Habilitação Pregão nº. ____/2019 Nome Completo do Licitante Data e horário de encerramento do credenciamento e abertura dos envelopes: ____/2019 - horário: ____:00 horas

7.2. A ausência dos dizeres na parte externa do(s) envelope(s), não constituirá motivo para desclassificação do licitante que poderá inserir as informações faltantes, no ato de recebimento dos mesmos.

7.3. Caso eventualmente ocorra a abertura do envelope I - Habilitação antes do envelope II - Proposta, por falta ou falha de informação na parte externa dos envelopes, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

8 – DO ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

8.1.1. **Em papel timbrado da referida licitante: Nome, Endereço, CNPJ, do proponente;**

8.1.2. **Número do Processo e do Pregão;**

8.1.3. **Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da marca, modelo e quantidades que se propõe a registrar, em conformidade com as especificações do anexo I-A;**



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 018

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

8.1.4. Preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

8.1.5. **Prazo de validade da proposta de no mínimo:** 60 dias.

8.1.6. **Prazo de Entrega:** Não superior a 05 dias.

8.1.7. **Condições de Pagamento:** até 30 dias, após a entrega do produto e/ou execução do serviço.

8.1.8. **Prazo de garantia dos produtos:** 1 ano no mínimo ou a garantia do fabricante quando esta superior (quando for o caso).

8.1.9. A não apresentação destas condições na proposta entender-se-á que a empresa concorda com todas as cláusulas e condições contidas no Edital e em seus anexos.

8.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

8.3. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

8.4. **A proposta deverá ser apresentada datilografada e/ou digitada, datada, rubricada e assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.**

8.5. Em caso de divergência entre o preço unitário e o preço total prevalecerá o primeiro, devendo a equipe de apoio refazer o cálculo para efeito de classificação das propostas.

8.6. Serão **DESCCLASSIFICADAS** as propostas:

8.6.1. Que não atenderem às exigências do edital e seus ANEXOS ou da legislação aplicável;

8.6.2. Que cotarem preços acima do valor máximo estipulado no Edital para o serviço cotado, quando tratar-se de licitação por lote.

8.6.3. Tratando-se de licitação por item, será desclassificado apenas o item cotado acima do preço máximo fixado pela Administração.

8.7. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em **submissão a todas as condições estipuladas neste**



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 019

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste edital.

9 – DO ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.1. (O envelope n.º 2 deverá ser apresentado de acordo com o previsto na letra b) do item 7.1. deste Edital, e será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados nos itens 9.2, 9.3 e 9.3.1 e para o Item 12 também o contido no Item 9.3.2, dentro de suas respectivas validades.:

9.2. Relativos à Habilitação Jurídica

No caso de **Empresário Individual**: Inscrição na Junta Comercial da respectiva sede;

- No caso de **Sociedade Empresarial** ou **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as alterações e da consolidação respectiva.

- No caso de **Sociedades Comerciais**, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e no caso de **Sociedade por Ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, acompanhados de todas as alterações e da consolidação respectiva.

- No caso de **Cooperativa**: ata de fundação e o estatuto em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, o edital de convocação da última assembleia geral extraordinária.

- No caso de **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado extraído da Internet

- No caso de **Empresa ou Sociedade Estrangeira** em funcionamento no país, Decreto de Autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir

- Cópia do **CPF, Carteira de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação** de todos os sócios.

9.3. Relativos à Regularidade Fiscal, Econômico-Financeira e Trabalhista

- **CNPJ** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

- **CICAD** - Comprovante de Inscrição na Receita Estadual, Quando for o Caso.

- **Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal** - Prova da regularidade para com a Receita Federal (abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias)

- **Certidão Negativa de Débitos da Receita Estadual** - Prova da regularidade para com a Fazenda Estadual, do Estado da sede da empresa, quando for o caso.

- **Certidão Negativa de Débitos da Receita Municipal** - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante



- **CRF** - Prova de Regularidade Fiscal do **FGTS**
- **CNDT** - **Certidão Negativa de Débitos Trabalhista**
- **Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (Falência e Concordata)**, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias da realização da licitação.

9.3.1. Documentos Complementares

- **Declaração de Cumprimento Constitucional**, afirmando que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (**Anexo V**)

- **Declaração de Inexistência de Impedimento** de licitar ou contratar com a administração (**Anexo VII**)

- **Declaração contendo informações para fins de assinatura de contrato** (**anexo VIII**)

9.4. As participantes (EPP, ME e MEI), deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.4.1. Expirado o mencionado prazo sem a devida regularização, a empresa será automaticamente desclassificada.

9.4.2. A presente licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 147/2014.

9.4.3. Consideram-se Microempresas (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), aptos à participação no presente certame, aqueles que preenchem os requisitos, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Lei Complementar Federal nº 147/2014. A empresa deverá comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através **da declaração firmada por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, ambas com prazo de validade de até 90 (noventa) dias a contar da data de emissão, que deverá ser apresentada no ato do credenciamento.**



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 021

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

9.4.4. **Não havendo proposta exclusiva de participação das MPE's, EPP's e MEI's, o pregoeiro poderá negociar com outras empresas participantes do processo que não se enquadrem como tal.**

9.4.5. A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e outras sanções pertinentes.

9.5. As normas disciplinadoras deste procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da **ampliação da disputa** entre os interessados. (art. 4º, p.º, Decreto 3.555/00).

9.6. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

9.6.1. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **matriz**, ou;

9.6.2. Se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito emitida pelo INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, ou;

9.6.3. Os documentos e/ou certidões comprobatórios de regularidade ou de inexistência de débito deverão estar no prazo de validade neles consignado. Na falta desta informação **serão considerados válidos por 30 (trinta) dias, contados a partir de sua emissão**, sendo que estas exceções serão avaliadas quando anexada legislação para o respectivo documento.

9.6.4. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o proponente, ressalvado o disposto no item 9.4 do presente edital.

9.7. O licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não cumpri-los será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas em lei.

9.8. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados **em original**, por qualquer processo de **cópia autenticada** por Cartório competente, ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraído via internet.

10 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1. No dia, hora e local, designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, podendo



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 022

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, nos termos do item 4 deste edital.

10.2. Em seguida, identificará a proposta de menor preço unitário cujo conteúdo atenda às especificações do edital.

10.2.1. Serão corrigidos, automaticamente, pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas.

10.3. No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços **até 10% (dez por cento) superiores àquela** poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor. (art. 4º, VIII, Lei 10.520/2002).

10.3.1. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos. (art. 4º, IX, Lei 10.50/2002).

10.4. O conteúdo das propostas do item anterior será analisado, desclassificando-se aquelas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital. A aceitabilidade do preço será verificada somente após o encerramento da fase de lances.

10.5. Não havendo, no mínimo, três propostas válidas nos termos dos itens 9.3 e 9.4 deste edital, serão selecionadas até três melhores propostas e os seus autores convidados a participar dos lances verbais, qualquer que seja o preço unitário oferecido na proposta escrita.

10.6. Em caso de empate de melhor proposta, na hipótese do item anterior, todos os proponentes com o mesmo preço unitário serão convidados a participar dos lances verbais.

10.7. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, formulados de forma sucessiva, inferiores à proposta de menor preço unitário.

10.8. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais em valor inferior ao da última proposta, a partir do autor da proposta classificada de maior preço unitário, e os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

10.9. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo (a) Pregoeiro (a), os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, ou seja, declinarem de continuidade a fase de lances verbal.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 023

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

10.10. A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) pregoeiro (a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço unitário apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.11. Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e os valores estimados para a licitação.

10.12. Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão.

10.12.1. Os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta de preços dos licitantes.

10.13. Quando comparecer um único licitante ou houver uma única proposta válida, caberá ao (a) Pregoeiro (a) verificar a aceitabilidade do preço unitário ofertado.

10.14. Declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de valor, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade do preço unitário da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.15. Considerada aceitável a proposta de menor preço unitário obedecidas as exigências fixadas no edital, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu(s) autor (es), para confirmação das suas condições habilitatórias, sendo-lhe(s) facultado o saneamento da documentação na própria sessão.

10.16. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o melhor preço unitário será declarado vencedor.

10.17. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, ao (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10.18. O (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço unitário.

10.19. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

10.20. Ao final da sessão, declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de **RECORRER**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 024

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. (Art. 4º, XVIII, lei 10.520/2002).

10.20.1. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a **DECADÊNCIA** do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor. (Art. 4º, XX, lei 10.520/2002).

10.21. O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio terá efeito suspensivo, postergando-se a adjudicação do objeto da licitação.

10.22. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.23. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, (Art. 4º, XI, lei 10.520/2002).

10.24. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, o envelope que irá guardar os envelopes II, devidamente rubricados pelo (a) Pregoeiro (a) e pelos licitantes, ficará sob a guarda do (a) Pregoeiro (a), sendo exibidos aos licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

11 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Caso não haja recurso, o (a) Pregoeiro (a), na própria sessão pública, adjudicará o objeto do certame ao autor do melhor preço unitário, encaminhando o processo para homologação pelo Sr. Prefeito Municipal.

11.2. O licitante vencedor terá o prazo de 48 horas para apresentar sua proposta devidamente recalculada, quando tratar-se de licitação por lote.

11.3. Ao refazer sua proposta o licitante vencedor deverá aplicar o percentual de desconto concedido, igualmente, **item a item**.

11.4. A aplicação de percentual de desconto diferenciado entre um e outro item, implicará na rejeição da proposta e aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Caso haja recurso, os interessados deverão apresentar memoriais, dirigidos ao (a) Pregoeiro (a) pessoalmente pelo Protocolo Geral, no prazo de três dias úteis, contados do dia subsequente à realização do pregão, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.6. Nesta hipótese, o Sr. Prefeito Municipal decidirá sobre os recursos, adjudicará o objeto do Pregão Presencial e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, homologará o procedimento licitatório.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 025

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

11.7. O resultado final do Pregão será afixado em mural próprio existente e acessível aos interessados, no Paço Municipal, podendo ainda ser divulgado no Diário Oficial do Município, a critério da Administração.

12 – DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente edital e/ou nota de empenho em caso de entrega total em parcela única dos objetos constantes até o limite previstos no Inciso II do Art. 24 da Lei Federal 8.666/93.

12.1.1 As certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por mais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem anterior, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência.

12.2 A adjudicatária deverá, no prazo de 3 (três) dias corridos contados da data da convocação, comparecer a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso para assinar o termo de contrato.

12.3. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

a) Seguir programação da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso quanto à data, horário, local, quantidade e qualidade a serem entregues;

b) As quantidades dos produtos são estimadas e a Prefeitura Municipal não se obriga a adquirir suas totalidades, o fazendo de acordo com o desenvolvimento das atividades;

13 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

13.1. No recebimento e aceitação dos materiais/serviços serão observadas, no que couberem, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

13.2. O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não corresponder (em) às especificações constantes da Proposta Comercial será (ão) rejeitado(s), devendo ser substituído(s) ou refeito(s) pela Contratada no **prazo máximo de 48 horas**.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 026

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

13.3. A(s) execução (ões) do(s) objeto(s), bem como qualquer despesa como transportes e outros, será à conta da(s) empresa(s) contratada, sem ônus à Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, salvo disposição em contrário, constante do presente edital.

14 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias a partir da apresentação na Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, com o devido atestado de recebimento do objeto no Departamento de Finanças e mediante apresentação das certidões da empresa do INSS e FGTS que provam sua regularidade, a cada pagamento efetuado, seja ele parcelado ou não.

14.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para correção e nova apresentação.

14.3. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente da Contratada.

14.4. Os preços permanecerão fixos e irrevogáveis.

15 - GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

16 - PENALIDADE

16.1. A desistência da proposta, do lance ou da oferta e a não aceitação da Nota de Empenho ensejarão:

16.1.1 Multa moratória de 0,02% (dois centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor do fornecimento em atraso, até o décimo dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista no subitem 16.1.2.

16.1.2. Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente ao valor 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta.

16.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar, impedimento de contratar com o Município de Alto Paraíso e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Alto Paraíso - PR, pelo período de até 05 (cinco) anos.

16.2. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa contratada, das obrigações assumidas, ou a, infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 027

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664-1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

aplicação, segundo a gravidade da falta, das penalidades previstas nos subitens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 deste edital.

16.3. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da contratada ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

16.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, sendo que, a sua aplicação não exime a contratada da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Alto Paraíso.

16.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

16.6. Na hipótese de apresentação de documentação inverossímil ou cometimento de qualquer tipo de fraude, o licitante ou contratado poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

16.6.1. Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Alto Paraíso, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de até 05 (cinco) anos.

16.6.2. Desclassificação, se a seleção da melhor proposta se encontrar em fase de julgamento;

16.6.3. Cancelamento da Nota de Empenho, se a contratação já estiver efetuada.

16.7. Constituem motivos para a rescisão contratual as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

16.7.1. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da administração, ficarão assegurados ao Município de Alto Paraíso – PR os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

17 – REAJUSTE DE PREÇOS

17.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços, em face da superveniência de normas Federais, ou fatores alheios à vontade das partes, devidamente comprovados, aplicáveis a espécie.

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 028

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

18.1. Até dois dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão pelo Protocolo Geral.

18.1.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital que decidirá no prazo de dois dias úteis sobre a matéria.

18.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta.

18.1.3. As respostas aos esclarecimentos ou impugnações serão veiculadas no Diário Oficial do Município de Alto Paraíso, facultada sua divulgação via internet.

18.2. Esclarecimentos de ordem técnica também poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso pelo telefone (44) 3664-1320.

18.3. A apresentação dos Envelopes implica a aceitação tácita e irrestrita pelo licitante de todas as condições estabelecidas no presente edital e em seus anexos.

18.4. Não serão aceitos envelopes proposta e habilitação enviada por via postal, se entregues após o horário estabelecido neste edital.

18.5. É facultada ao (a) Pregoeiro (a) ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.6. Fica assegurado ao Município de Alto Paraíso o direito de, por razões de interesse público, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

18.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e esta Municipalidade não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

18.8. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer fase da licitação.

18.9. Quando todos os licitantes forem inabilitados, ou todas as propostas forem desclassificadas, o (a) Pregoeiro (a) poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 029

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

18.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

18.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se o dia do início e incluir-se o do vencimento e considerar-se-ão, os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no Município de Alto Paraíso.

18.12. A nota de empenho vincula-se ao edital, devendo o vencedor manter durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas, inclusive suas condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, nos termos do art. 55 da Lei 8666/93.

18.13 São anexos deste edital;

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I-A - PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO II - DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO III - TERMO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO IV - TERMO DE CONCORDÂNCIA E DE SUBMISSÃO AO EDITAL;

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO CONSTITUCIONAL;

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO;

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DE CONTRATOS;

ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO

18.14. Fica designado o Foro da Comarca de Xamburé/PR, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Edital.

Alto Paraíso/PR, 15 de Outubro de 2019.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 030

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA/PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 073/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2019

PROPOSTA:

- Tipo de licitação: **Menor Preço por Lote.**

- Este e todos os outros anexos fazem parte do Processo Administrativo nº 105/2019, edital de licitação nº 073/2019 – Pregão Presencial como se nele estivessem transcritos.

Condições de pagamento: Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias após a entrega dos produtos, com base nos preços unitários apresentados na proposta/lance.

Os produtos deverão ser entregues conforme pedido formulado pelo órgão solicitante, no prazo não superior a 05 dias.

Validade da proposta: 60 dias; **Execução:** 12 meses

DAS ESPECIFICAÇÕES E DO QUANTITATIVO

LOTE I – Intercap, Solupan e Shampoo

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VLR MAX UNIT	VLR UNIT	VLR TOTAL	MARCA
1	Intercap Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	100	R\$ 118,70			
2	Solupan Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	50	R\$ 118,70			
3	Shampoo Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	10	R\$ 119,00			

1. OBJETO: **“Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, maquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital”.**

2. JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, está sempre preocupada em manter os veículos/maquinários/equipamentos, em bom estado para rodagem, porém não podemos deixar de citar a importância da limpeza dos mesmo.

Sendo assim, é que vimos por meio deste, solicitar que seja aberto um processo licitatório na modalidade pregão presencial para a “Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, maquinas e equipamentos,



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 031

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.”

Informamos que realizado uma cotação de preço no comercio local, verificamos que o valor previsto para tal aquisição será de aproximadamente R\$ 18.995,00 (Dezoito Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais).

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para fazer frente às despesas desta Licitação correrão por conta do orçamento desta Prefeitura, próprios das secretarias listadas, previstos para este exercício.

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO	PRINC.
4108	339030220000	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	10.02.00.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS	726

4. DA QUALIDADE DOS PRODUTOS:

4.1. Os produtos que não atenderem as condições descritas neste termo de referência ou que apresentarem quaisquer vícios de fabricação, serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE ao fornecedor para substituição, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de sua notificação formal por parte da Secretaria Solicitante, cabendo a CONTRATADA arcar com os custos da substituição.

5. DO PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS:

5.1 O prazo de entrega do objeto será de acordo com a necessidade do Município em até 05 (Cinco) dias úteis, a partir do recebimento pelo fornecedor da nota de empenho/Solicitação.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO OBJETO:

6.1. A empresa deverá entregar os produtos/serviços, no prazo estabelecido.

6.2. A empresa deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail, para contato imediato da CONTRATANTE.

6.3. Em caso de problemas de fabricação ou defeitos apresentados, os mesmos deverão ser substituídos, com a mesma qualidade e quantidade, no prazo de 02 dias.

6.4. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes ocorridos aos seus funcionários na entrega do objeto;

6.5. Informar a CONTRATANTE sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto da licitação ou data e forma de entrega, com devida justificativa.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 032

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

6.6. A Contratante providenciará empenho para cobrir as despesas com o objeto deste Termo;

6.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, de acordo com a quantidade solicitada e efetivamente entregue, conforme o valor fixado na proposta pela CONTRATADA, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestado o recebimento por setor técnico competente, comprovando o recebimento do objeto deste Termo.

6.8. A contratante reserva-se no direito de suspender o pagamento se o objeto estiver em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

6.9. Sob pena de NÃO EMPENHO, a CONTRATADA obriga-se a informar em todas as notas fiscais os seguintes dados referentes à licitação:

- a) número do Pregão, Convite, Dispensa, Credenciamento ou outro, conforme o caso;
- b) número do Processo;
- c) número do Contrato.
- d) Numero de Série do produto entregue, quando for o caso.

6.10. Na Nota Fiscal o Fornecedor enquadrado no simples nacional deverá informar qual a alíquota do ISS o mesmo se enquadra nos termos da Lei 123/06 e 147/14. Em caso de não informação da alíquota será aplicada a maior alíquota prevista no anexo das Leis já mencionadas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1.1. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do material;

7.1.2. Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste termo de referência;

7.2. Fiscalizar o recebimento do objeto, de acordo com exigências do Termo de Referência.

7.3. Indicar o servidor que acompanhará o recebimento do presente instrumento, que apresentará à administração superior relatório comunicando qualquer inadimplência ocorrida na execução contratual, sendo sua responsabilidade efetuar o atesto no recebimento do objeto.

7.4. Comunicar a CONTRATADA, de forma imediata, qualquer irregularidade ou falha no fornecimento do objeto.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 033

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.5. Disponibilizar a CONTRATADA condições necessárias e adequada para entrega dos bens adquiridos.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

8.1.2. Realizar testes e corrigir defeitos nos bens, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para o CONTRATANTE, durante o período de garantia.

8.1.3. Responder por todos os ônus referentes a entrega dos bens ora contratados, desde os salários do pessoal, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato.

8.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente.

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

9.1. A vigência do contrato de fornecimento será de até 12 (doze) meses, ressalvado o direito de prorrogação.

10. DA FISCALIZAÇÃO:

10.1. A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio de unidade competente na forma que lhe convier;

10.2. À CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

10.3. A supervisão por parte da CONTRATANTE, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

11. DAS PENALIDADES:

11.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documento exigido para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Licitação, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 034

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

II – multa, nos seguintes termos:

- a) pelo atraso na entrega do objeto, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor total contratado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) pela recusa na entrega, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor total contratado;
- c) pela demora em corrigir falha nos produtos, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total da nota fiscal, por dia decorrido;
- d) pela recusa em corrigir as falhas nos produtos, entendendo-se como recusa a falha ou defeito dos produtos nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor total da nota fiscal;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor total contratado.

11.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item acima.

11.5. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

11.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo;

11.7. O recolhimento da(s) multa(s) não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. A CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, arcará com despesas a título de lucros cessantes;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 035

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Xambrê para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

ITEM	COD INT.	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	Vir. Unitário Max.	Vir. Unitário	Vir. Total	Marca
1		Intercap Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	100	118,70			
2		Solupan Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	50	118,70			
3		Shampoo Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	10	119,00			

O VALOR TOTAL DO LOTE É DE R\$ 18.995,00

prazo de validade proposta:

condições de pagamento:

prazo de entrega:

assinatura e carimbo em todas as folhas

LOCAL E DATA:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 037

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

[apresentar este documento **FORA** de qualquer dos envelopes]

ANEXO II - DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, portador(a) do RG nº. _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável/representante legal da proponente, CNPJ/MF Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, **DECLARA** expressamente sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser (**MICROEMPRESA** OU **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006,

Local: _____, ____ de _____ 20xx.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 038

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

(apresentar este documento **FORA** de qualquer dos envelopes)

ANEXO III - TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____, com sede na _____, CNPJ/MF Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, **CREDENCIA** o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº. _____ SSP/____ e CPF/MF nº. _____, para representá-la perante o Município de ALTO PARAÍSO - PR na licitação modalidade Pregão Presencial nº _____/20xx, podendo formular lances, negociar preços, assumir os compromissos em nome da empresa oriundos do procedimento enfim, praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

Local: _____, _____ de _____

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 039

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664-1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

[apresentar este documento **FORA** de qualquer dos envelopes]

ANEXO IV - TERMO DE CONCORDÂNCIA E DE SUBMISSÃO AO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Pregão Presencial nº. ____/20xx

A Empresa: _____, inscrita no
CNPJ/MF nº. _____, por intermédio de seu
representante _____ legal, _____ o _____ (a)
Sr.(a) _____, portador (a) do
documento de identidade RG nº. _____, emitida pela
SSP/_____, e CPF nº _____, DECLARA, para fins de participação no
processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que **conhecemos, concordamos**
e nos **submetemos** a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital,
bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a
presente licitação e que **recebemos todos os documentos e informações** e
conhecimento das condições locais para o cumprimento integral das obrigações
objeto desta licitação. Declaramos ainda, que nos preços cotados já estão incluídas
eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais,
obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas
com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o
fornecimento.

_____, _____ de _____ de 20xx.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 040

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

(apresentar este documento no envelope de documentos para **HABILITAÇÃO**)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO CONSTITUCIONAL

A empresa _____, com sede na
_____, CGC. Nº
_____, representada pelo(a) Sr.
(a) _____ portador(a) do RG
nº. _____ SSP/_____ e CPF. nº.
_____, declara que não infringe o Inciso XXXIII do Art. 7º da
Constituição Federal, ou seja, não outorga trabalho noturno, Perigoso ou
insalubre a menores de 18 (dezoito), e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis)
anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade o presente, assino e dou fé.

Data: ____/____/____

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 041

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

(apresentar este documento **FORA** de qualquer dos envelopes)

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa abaixo indicada, por seu representante legal, declara sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos integrantes dos envelopes "II", sob pena de sujeição às penalidades previstas no Edital do Pregão Presencial nº ____/20xx.

EMPRESA: _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____

CARGO: _____

RG: _____

CPF: _____

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 042

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

(apresentar este documento no envelope de documentos para **HABILITAÇÃO**)

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Pregão Presencial nº. ____/20xx

A Empresa: _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do documento de identidade RG nº. _____, emitida pelo SSP/____, e CPF nº. _____, DECLARA, sob as penas da Lei que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 20xx.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 043

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

(apresentar este documento no envelope de documentos para **HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DE CONTRATOS

Cidade: _____, Data: ____/____/20__

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

**REFERENTE: Processo de Licitação _____ Nº
_____/20__**

1 - DA EMPRESA PROPONENTE

Razão Social da proponente: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____ **nº** _____ **Bairro:** _____

Cidade: _____ **Estado** _____

Conta Corrente nº _____ **Agência Bancária**

Banco _____

Inscrição Estadual: _____ **Inscrição**

Municipal: _____

E-

mail: _____

2- DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DE CONTRATO:

Nome do Representante Legal: _____

Função/Cargo: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

RG nº _____ **Órgão Expedidor**

_____/____ **CPF:** _____.____.____/____

Endereço: _____ **nº** _____

Bairro: _____ **CEP:** _____ **Fone** _____

E-mail: _____

Nome / Assinatura/Carimbo

CPF/RG

Anexo IX



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 044

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

MINUTA DO CONTRATO Nº/2019

Pregão Presencial nº ____/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO E A EMPRESA

I – CONTRATANTES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, inscrita no CGC/MF sob o n.º 95.640.736/0001-30, doravante denominada CONTRATANTE e a firma _____, com sede _____, CEP: _____, na Cidade de _____, Estado _____, inscrita no CNPJ: _____ e Inscrição Estadual n.º _____, denominada CONTRATADA.

II – REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Sr. Prefeito Municipal, Sr. Dercio Jardim Junior, Brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG n.º 1.649.033-4 SSP/PR e CPF: 474.519.719-53 e a CONTRATADA o Sr. _____.

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações, assim como de acordo com as especificações técnicas constantes na proposta constante no processo da Pregão Presencial nº ____/2019, em seus Anexos e em conformidade com o ajustado a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12(doze) meses, contando a partir da data de assinatura do contrato podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, conforme determina lei de licitações 8.666/93

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ _____.

3.2. Os preços incluem, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

3.3. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade deste Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 045

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

3.3.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face de aumento autorizado pelo Governo Federal.

3.3.2 – Caso ocorra a variação nos preços, o contratado deverá solicitar formalmente a PREFEITURA, devidamente acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido.

3.4. Os pedidos de pagamento deverão ser devidamente instruídos com a Nota Fiscal Fatura ou Nota Fiscal. As Notas Fiscais/Faturas correspondente serão discriminativas, constando o número do Edital e assinatura do responsável da Secretaria competente, sem os quais não serão atendidos.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou à compensação financeira por atraso de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) Orçamentária(s), devidamente compromissada nas contratações por meio de emissão de Notas de Empenho prévio, conforme tabela abaixo:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO	PRINC.
4108	339030220000	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	10.02.00.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS	726

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. A empresa contratada deverá efetuar a entrega, quando requisitada pela secretaria interessada, durante a vigência do contrato.

5.2. Os materiais que não atenderem as condições descritas neste termo de referência ou que apresentarem quaisquer vícios de fabricação, serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE ao fornecedor para substituição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua notificação formal por parte da Secretaria Solicitante, cabendo a CONTRATADA arcar com os custos da substituição.

5.3 O prazo de entrega do objeto será de acordo com a necessidade do Município em até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento pelo fornecedor da nota de empenho/Solicitação.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO OBJETO

6.1. A empresa deverá fornecer os produtos solicitados, integralmente, no prazo estabelecido.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 046

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

6.2. A empresa deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail, para contato imediato da CONTRATANTE.

6.3. Em caso de problemas de fabricação ou defeitos apresentados em função do transporte dos materiais a serem entregues, os mesmos deverão ser substituídos, com a mesma qualidade e quantidade, no prazo de 05 dias.

6.4. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes ocorridos aos seus funcionários na entrega do objeto;

6.5. Informar a CONTRATANTE sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto da licitação ou data e forma de entrega, com devida justificativa.

6.6. A Contratante providenciará empenho para cobrir as despesas com o objeto deste Termo;

6.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, de acordo com a quantidade solicitada e efetivamente entregue, conforme o valor fixado na proposta pela CONTRATADA, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestado o recebimento por setor técnico competente, comprovando o recebimento do objeto deste Termo.

6.8. A contratante reserva-se no direito de suspender o pagamento se o objeto estiver em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

6.9. Sob pena de NÃO EMPENHO, a CONTRATADA obriga-se a informar em todas as notas fiscais os seguintes dados referentes à licitação:

- a) número do Pregão, Convite, Dispensa, Credenciamento ou outro, conforme o caso;
- b) número do Processo;
- c) número do Contrato;
- d) Número de Série do produto entregue, quando for o caso.

6.10. Na Nota Fiscal o Fornecedor enquadrado no simples nacional deverá informar qual a alíquota do ISS o mesmo se enquadra nos termos da Lei 123/06 e 147/14. Em caso de não informação da alíquota será aplicada a maior alíquota prevista no anexo das Leis já mencionadas.

CLAUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1.1. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do material;

7.1.2. Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste termo de referência;

7.2. Fiscalizar o recebimento do objeto, de acordo com exigências do Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 047

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.3. Indicar o servidor que acompanhará o recebimento do presente instrumento, que apresentará à administração superior relatório comunicando qualquer inadimplência ocorrida na execução contratual, sendo sua responsabilidade efetuar o atesto no recebimento do objeto.

7.4. Comunicar a CONTRATADA, de forma imediata, qualquer irregularidade ou falha no fornecimento do objeto.

7.5. Disponibilizar a CONTRATADA condições necessárias e adequada para entrega dos bens adquiridos.

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1.1. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

8.1.2. Realizar testes e corrigir defeitos nos bens, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para o CONTRATANTE, durante o período de garantia.

8.1.3. Responder por todos os ônus referentes a entrega dos bens ora contratados, desde os salários do pessoal, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato.

8.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio de unidade competente na forma que lhe convier;

9.2. À CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

9.3. A supervisão por parte da CONTRATANTE, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documento exigido para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 048

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Licitação, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II – multa, nos seguintes termos:

a) pelo atraso na entrega do objeto, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor total contratado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);

b) pela recusa na entrega, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor total contratado;

c) pela demora em corrigir falha nos produtos, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero virgula três por cento) do valor total da nota fiscal, por dia decorrido;

d) pela recusa em corrigir as falhas nos produtos, entendendo-se como recusa a falha ou defeito dos produtos nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor total da nota fiscal;

e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor total contratado.

10.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

10.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item acima.

10.5. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

10.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo;

10.7. O recolhimento da(s) multa(s) não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1. A quantidade prevista para efeito de fornecimento poderá ser alterada nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante o correspondente termo de aditamento a este Contrato.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 049

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

11.2. O fornecedor signatário deste Contrato fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos de itens registrados, até o limite de 25% do valor estimado de contratação.

11.3. Será permitida a alteração contratual para restabelecer a relação que as partes pactuaram entre os encargos dos fornecedores e a retribuição da Administração Pública para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, devidamente comprovada.

11.4. Os dados pertinentes ao restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente deverão ser demonstrados por meio do preenchimento de Planilha de Decomposição de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 050

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato."

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. Para todos os efeitos de direito e para melhor caracterização da execução dos fornecimentos, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato o processo Administrativo nº ____/2019, na modalidade _____ e seus respectivos anexos, em especial, as propostas de preços e os documentos de habilitação do fornecedor.

13.2. A execução do Contrato será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. A CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, arcará com despesas a título de lucros cessantes;

14.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Xambrê para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Alto Paraíso- PR, __ de _____ de 2019,

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Dercio Jardim Junior

Testemunhas:



PARECER JURÍDICO

Pregão Presencial N° 073/2019

Processo Administrativo n° 105/2019

Objeto: “Aquisição de intercap, solupan e shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviário do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste Edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital”.

A licitação em análise é aquela de que trata o Edital de Pregão n° 073/2019, tratando da licitação na modalidade **Pregão Presencial**, iniciada pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, objetivando a aquisição de intercap, solupan e shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviário do Município de Alto Paraíso.

Após a justificativa por parte do órgão solicitante informando a necessidade de concretização do objeto da presente licitação, foi realizada a devida cotação de preços para o Pregoeiro formar o “Preço de Referência”, para análise de aceitabilidade das propostas.

A seguir, apresentou-se *parecer contábil* demonstrando-se a classificação da dotação orçamentária e confirmação e reserva de saldo para a referida aquisição.

Quanto à escolha da modalidade licitatória não há qualquer irregularidade, eis que a aquisição dos bens objeto do presente processo licitatório podem ser definidos como **bens comuns** e, portanto, podem ser licitados através da modalidade pregão presencial, nos termos da Lei 10.520/2002.

Conforme as lições de MARÇAL JUSTEN FILHO, *“bem ou serviço comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”* (JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão. 2. ed. São Paulo: Dialética; 2003. p. 30).

Regra geral, tais bens e serviços apresentam-se sob identidades e características padronizadas, na medida em que são definidos de modo uniforme e geral. Ademais, encontram-se disponíveis, a qualquer tempo, no mercado, uma vez que existem várias empresas capacitadas para prestá-los.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

052

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

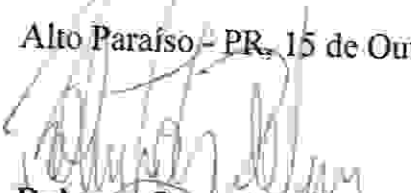
Bem como, no que tange aos pressupostos exigidos pela modalidade licitatória Pregão, a Comissão de Licitação, especialmente o Pregoeiro e Equipe de Apoio deverão observar os requisitos delineados na Lei 10.520/2002, precipuamente nos regramentos do art. 3º e 4º da Lei 10.520/2002 e, subsidiariamente a Lei 8.666/93, no que couber, acerca de eventuais omissões que eventualmente surgirem (art. 9º).

Esta Procuradoria Jurídica ressalta aos Membros da Comissão de Licitação e ao Pregoeiro para atentarem ao disposto no Art. 9º da Lei 8.666/93, bem como ao Art. 91 da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso, que disciplina as proibições de contratar com o Município, e proibição de participar de Licitação, realizada pela Prefeitura.

Estando, portanto, regular o processo licitatório até aqui, respeitando todos os requisitos legais referentes a esta etapa do procedimento, esta Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, nos termos do Art. 38 Parágrafo único da Lei 8666/93 **dá parecer favorável à aprovação da minuta do Edital e do Contrato.**

É o parecer.

Alto Paraíso - PR, 15 de Outubro de 2019.


Roberto Gonçalves Delfim
Procurador Municipal
OAB/PR 58768



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 053

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Processo Administrativo nº 105/2019

Pregão Presencial nº 073/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, torna público que realizará no local e data abaixo, **Certame licitatório na modalidade PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL**, para o seguinte:

OBJETO: “Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital”

Nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014, a presente licitação é destinado à participação exclusiva de ME E EPP.

Não havendo proposta exclusiva de participação das MPE'S, EPP'S e ME'S, o pregoeiro poderá negociar com outras empresas participantes do processo que não se enquadrem como tal.

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

DATA DE ABERTURA: 30/10/2019 – 09h00m – Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Federal nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 5.504 de 05 de agosto de 2005, Decreto Federal nº 7.892/2013, da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciado e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de Outubro de 2019.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 16/10/2019
Edição N.º 11684

Vitoria Regia, no Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 107/95, e considerando a deliberação da plenária realizada em reunião ordinária em data de 08 de outubro de 2019, sob a ata 33/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - APOSI ANALISE E DELIBERAÇÃO EM PLENÁRIO, O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, APROVA INTEGRALMENTE E CONCEDE PARECER FAVORÁVEL A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RECURSO DA DELIBERAÇÃO Nº 065/2017 - CEAS/PR - Incentivo Benefício Eventual.

Artigo 2º - Aprovar a justificativa do saldo superior de 30% da referente Prestação de Contas.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Roxa, 08 de outubro de 2019.

Francieli dos Santos Vieira
Presidente do CMAS

Katia F. Scalco Coelho
Katia F. Scalco Coelho
Escritor Substituta
Port. 11/2018



Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã/PR
criporã@hotmail.com - (44) 3652-3810
R. Katsuo Nakata, 1312, Centro - Iporã/PR - CEP 77.860-000

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Terra Roxa - Paraná
RESOLUÇÃO Nº 11/2019
- Emenda: Aprovação da Prestação de Contas da execução da Deliberação nº 062/2016 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, Incentivo para a oferta e execução de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, período 1º semestre de 2019.

Considerando o disposto no artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece como dever "da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão".

Considerando a Deliberação nº 062/2016 do - CEDCA/PR, que estabelece o incentivo financeiro, por meio do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência, aos municípios com a finalidade da oferta e o aprimoramento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, para crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos, desde que atencem os critérios desta deliberação.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal 385/2008, e considerando a deliberação da plenária realizada em reunião extraordinária em data de 26 de setembro de 2019, sob a ata 269/2019.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a Prestação de Contas, concedendo parecer favorável a execução da Deliberação nº 062/2016 - CEDCA/PR, Incentivo para a oferta e execução de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, referente ao período: 1º semestre de 2019, município de Terra Roxa-PR.

Artigo 2º - Aprovar a justificativa do saldo superior de 30% da referente Prestação de Contas.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Roxa, 26 de Setembro de 2019.

Solange Sanchez
Presidente do CMDCA

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - ESTADO DO PARANÁ

Agente Financeiro: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ nº 00.360.305/0001-04.
Tomador: MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR, CNPJ nº 77.857.183/0001-90.
Objeto: A CAIXA concede ao TOMADOR financiamento, proveniente de recursos ordinários da CAIXA, com a finalidade única e exclusiva de financiar as Despesas Capital previstas na LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do ano de 2019 e dos exercícios financeiros subsequentes e suas suplementações.
Valor Total: R\$ 2.910.000,00 (dois milhões, novecentos e dez mil reais).
Prazo de Vigência: início em 25 de setembro de 2019 e término em 22 de setembro de 2029.
Data de Assinatura: 25 de setembro de 2019.
Foro: Seção Judiciária da Justiça Federal Guairá, Paraná, 15 de outubro de 2019.
HERALDO TRENTO / Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
Processo Administrativo nº 105/2019
Pregão Presencial nº 073/2019
A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:

OBJETO: "Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pólo Rodoviário do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital".

Nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014, a presente licitação é destinada à participação exclusiva de ME e EPP.

Não havendo proposta exclusiva de participação das MPEs, EPPs e MEs, o pregoeiro poderá negociar com outras empresas participantes do processo que não se enquadrem como tal.

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

DATA DE ABERTURA: 30/10/2019 - 09h00m - Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Federal nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 5.504 de 05 de agosto de 2005, Decreto Federal nº 7.862/2013, da Lei Complementar 123/2006, da Lei Complementar 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes à presente licitação poderão ser apreendidos e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3654-1320 ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de Outubro de 2019.

GERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

054

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TERRA ROXA

RESOLUÇÃO Nº 12/2019
Súmula: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RECURSO DA Resolução nº 005/2017 do CEAS/PR - Incentivo à Pessoa com Deficiência.

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, com a última alteração dada pela Lei nº 12.435 de 2011, em especial art. 2º que estabelece que o objetivo da assistência social a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);

Considerando o Conselho Municipal de Assistência Social de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 107/95, e considerando a deliberação da plenária realizada em reunião ordinária em data de 08 de outubro de 2019, sob a ata 33/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - APOSI ANALISE E DELIBERAÇÃO EM PLENÁRIO, O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, APROVA INTEGRALMENTE E CONCEDE PARECER FAVORÁVEL A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RECURSO DA DELIBERAÇÃO Nº 065/2017 DO CEAS/PR - INCENTIVO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Roxa, 08 de outubro de 2019.

Francieli dos Santos Vieira
Presidente do CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Terra Roxa - Paraná
RESOLUÇÃO Nº 10/2019
Súmula: Aprovação da Prestação de Contas da execução da Deliberação Nº 055/2016 - CEDCA/PR que estabelece: Prestar incentivo financeiro, pelo PROGRAMA CRESCER EM FAMÍLIA, aos serviços de acolhimento institucional e familiar, com a finalidade de reordenar e adequar os serviços às normativas vigentes, período: 1º semestre de 2019.

Considerando o disposto no artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece como dever "da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão".

Considerando o disposto no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), no qual estão descritas as medidas protetivas passíveis de serem aplicadas às crianças, adolescentes e seus familiares, dentre elas aquelas previstas nos incisos VI e VIII, quais sejam: acolhimento institucional e inclusão em programas de acolhimento familiar;

Considerando a Deliberação Nº 055/2016 - CEDCA/PR que estabelece: Prestar incentivo financeiro, pelo PROGRAMA CRESCER EM FAMÍLIA, aos serviços de acolhimento institucional e familiar, com a finalidade de reordenar e adequar os serviços às normativas vigentes;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal 385/2008, e considerando a deliberação da plenária realizada em reunião extraordinária em data de 26 de setembro de 2019, sob a ata 269/2019.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a Prestação de Contas, concedendo parecer favorável a execução da DELIBERAÇÃO Nº 055/2016 - CEDCA/PR que estabelece: Prestar incentivo financeiro, pelo PROGRAMA CRESCER EM FAMÍLIA, aos serviços de acolhimento institucional e familiar, com a finalidade de reordenar e adequar os serviços às normativas vigentes, período: 1º semestre de 2019, município de Terra Roxa-PR.

Artigo 2º - Aprovar a justificativa do saldo superior de 30% da referente Prestação de Contas.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Roxa, 26 de Setembro de 2019.

Solange Sanchez
Presidente do CMDCA

República Federativa do Brasil

Estado do Paraná

Município e Comarca de Iporã/PR

Serviço de Registro de Imóveis

Enfias dos Santos Coelho - Oficial de Registro

Katia Ferreira Scalco Coelho - Escritor Substituta

Luciane Cristina Peresin de Paula Leite - Escritor Substituta

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 07/2019

Pelo presente Edital, o Serviço de Registro de Imóveis de Iporã - Pr., localizado na Rua Katsuo Nakata nº 1.312, Bairro: Centro, nos termos do Artigo 26 § 1º da Lei nº 9.514/97, ação promovida pela Caixa Econômica Federal, bem como pela credora do contrato de Financiamento Imobiliário nº 844441021305, garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 16/09/2015, registrado sob nº 03, na matrícula 20.220 deste Cartório, com saldo devedor de responsabilidade de V. Sª, venho notificar: MARIA RANIERE CAMPOS OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 048.498.393-80, referente ao imóvel situado na Rua D, nº 228, Lote 04-B QD02, Loteamento Sonho Meu, no município de Francisco Alves, Estado do Paraná, para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos, onde já tivemos tentativas pessoalmente, e enviando pelo correio com aviso de recebimento. Por estar o executado em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento do interessado, foi tirado nesta data na forma legal o presente edital, cujo seu teor e cópia encontram-se afixados e arquivados neste cartório, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, intimados, a pagar no prazo de 15 (quinze) dias, o valor de R\$ 9.843,64, correspondente as prestações vencidas, acrescidas dos juros eventualmente convençionados e demais encargos, exatamente como consta no § 1º do artigo citado, sob pena de consolidação da propriedade fiduciária em nome do fiduciário. Fica o intimado a vir a este cartório para quitar o débito e manifestar suas recusas. Horário de funcionamento: das 08:30 às 11:00 h, retorno do almoço das 13:00h às 17:00h. Eu, Katia F. Scalco Coelho, Escritor Substituta, o subscrevo e assino.

Katia F. Scalco Coelho
Katia F. Scalco Coelho
Escritor Substituta
Port. 11/2018



Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã/PR
criporã@hotmail.com - (44) 3652-3810
R. Katsuo Nakata, 1312, Centro - Iporã/PR - CEP 77.860-000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa/PB
Tel. (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes?

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJ/PB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo, **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/01/2019 07:36:33 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site: <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1166924

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **21/01/2020 07:33:39 (hora local)**

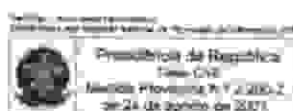
Código de Autenticação Digital: 45401801191429220283-1

Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2016, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ/Nº 003/2014.

O referido é verdade; dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f05772d69fe6bc05b065125f43fe0188fca00bc31eaac235a1b3e0968da2d6706cc7add73c14de9b60f65caf0a7d00afd2b97c028e88f
e9313f00562c19a2bd84802a0394e1f15beb





Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/2

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE XXX		NIRE DA FILIAL (preencher somente se a filial não for a sede) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) DEJAIR DIGIORGIO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	
SEXO Masculino		REGIME DE BENS (se casado) XXX	
FILHO DE (pai) PEDRO ANTONIO DIGIORGIO		(mãe) MARIA NAZIRA DIGIORGIO	
NASCIDO EM (data de nascimento) 07/10/1966	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 01406049414	Órgão emissor DETRAN-PR	UF PR
CPF (número) 571.061.699-00			
EMANCIPADO POR (forma da emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA ILDOGRADUÁRIO (rua, av., etc.) RUA PRINCESA ISABEL			NÚMERO 2040
COMPLEMENTO CASA "A"	BAIRRO/DISTRITO Jardim Independência	CEP 87114-040	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Dado Básico Comercial) 008709 - Sarandi
MUNICÍPIO Sarandi			UF PR
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO Estado do Paraná:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado do Paraná:		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO PR - inscrição		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (sem inscrição)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL D. DIGIORGIO- PRODUTOS SANEANTES			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADUÁRIO (rua, av., etc.) RUA PRINCESA ISABEL			NÚMERO 2040
COMPLEMENTO LOJA A	BAIRRO/DISTRITO Jardim Independência	CEP 87114-040	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Dado Básico Comercial) 008709 - Sarandi
MUNICÍPIO Sarandi	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) mrcopan@uol.com.br
VALOR DO CAPITAL - R\$ 35.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) trinta e cinco mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4789005 Atividade Secundária 4761001, 4729699, 4744001, 4744099, 4753900, 4754701, 4754702, 4755503, 4761003, 4763601	Descrição do Objeto COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, COMERCIO VAREJISTA DE CALÇADOS, COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS, COMERCIO VAREJISTA DE MÓVEIS, COMERCIO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2019	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ XXX	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF/NIRE ANTERIOR	UF PR
		USO DA JUNTA COMERCIAL DETERMINAR UF AUTORIZADA GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1- SIM 3- NÃO	
		AUTENTICAÇÃO PR2190002844998	

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná



Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/2

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE XXX		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não estiver na filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) DEJAIR DIGIORGIO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	
SEXO Masculino		REGIME DE BENS (se casado) XXX	
FILHO DE (pai) PEDRO ANTONIO DIGIORGIO		(mãe) MARIA NAZIRA DIGIORGIO	
NASCIDO EM (data de nascimento) 07/10/1966	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 01406049414	Cópia emitida DETRAN-PR	UF PR
CPF (número) 571.061.699-00			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av., etc.) RUA PRINCESA ISABEL			NÚMERO 2040
COMPLEMENTO CASA "A"	BARRIO/DISTRITO Jardim Independência	CEP 87114-040	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Linha 44 - Junta Comercial) 006709 - Sarandi
MUNICÍPIO Sarandi			UF PR
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer a JUNTA COMERCIAL DO Estado do Paraná:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado do Paraná		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 000 - INSCRIÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 010 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA, SE - INSCRIÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL D. DIGIORGIO- PRODUTOS SANEANTES			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av., etc.) RUA PRINCESA ISABEL			NÚMERO 2040
COMPLEMENTO LOJA A;	BARRIO/DISTRITO Jardim Independência	CEP 87114-040	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Linha 44 - Junta Comercial) 006709 - Sarandi
MUNICÍPIO Sarandi	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) droopan@uol.com.br
VALOR DO CAPITAL - R\$ 35.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) Trinta e cinco mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4789005 Atividade Secundária 4783802, 4782201, 4759899	Descrição do Objeto VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO, COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS E COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2019	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ XXX	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF PR
		LIMITE DA JUNTA COMERCIAL INSCRIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
Assinado 30/07/2019 digitalmente por: DEJAIR DIGIORGIO:57106169900		AUTENTICAÇÃO PR2190002844998	

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 31/07/2019 13:04 SOB Nº 41108659660.
PROTOCOLO: 194538460 DE 30/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903486044. NIRE: 41108659660.
D. DIGIORGIO- PRODUTOS SANEANTES

LEANDRO MARCOS FAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 31/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.net.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.net.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJ/PB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrares, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço: <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 27/08/2019 16:37:19 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.net.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.net.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1333996

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 27/08/2020 16:11:20 (hora local).

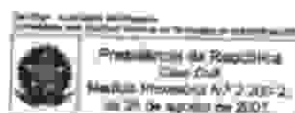
*Código de Autenticação Digital: 45402708191502280283-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2016, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014

O Referido é verdade, dou fé

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6b05b4532b3a4ff07bd6adcc98f8c267cbeb4a8d450e5eae4adecf09f1aad9dda30f65caf0a7d00afd2b87c028e88f
e93172f54000fe3478e2d82b74b94429bba5



ESCRITÓRIO CONTÁBIL ORCOPAN

ALMIR AMARAL

TÉCNICO RESP. CRC-PR. 027606/O-1 CPF: 329.932.009-25

AV. RIO DE JANEIRO, 561 JD. INDEPENDÊNCIA SARANDI - PR.

FOIbE - (044) 3035-1809 3035-0140

DECLARAÇÃO

Eu, **ALMIR AMARAL** brasileiro casado, maior, Contador residente e domiciliado à Av. Rio de Janeiro nº 561 no Jardim Independência Município de Sarandi Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 1.782.859-Pr. e inscrito no CPF, Sob nº 329.932.009-25, e no CRC-PR. Sob Nº 027606/0-1. Declaro para os devidos fins de Diretos, que a Empresa **D. DIGIORGIO – PRODUTOS SANEANTES**, estabelecida à Rua Princesa Isabel. 2040, Jardim Independência na cidade de Sarandi, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ. Sob nº 34.382.824/0001-95, se enquadra como Microempresa (ME) no regime de tributação Simples Nacional conforme Lei Complementar 123/2006.

E por ser a expressão da verdade e para que a presente surta os efeitos desejados, dato e assino a presente,

Sarandi-Pr, Em 19 de Setembro de 2019.

DEJAIR DIGIORGIO
CPF: 571.061.699-00
RESPONSÁVEL LEGAL

ALMIR AMARAL
CPF: 329.932.009-25
CRC: PR027606/O1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
 Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.net.br>
 E-mail: cartorio@azevedobastos.net.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Sr. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimento e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude da Lei, etc.

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJ/PB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 20/09/2019 15:58:51 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.net.br.

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autodigital.azevedobastos.net.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1354183

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 20/09/2020 15:57:40 (hora local).

*Código de Autenticação Digital: 45402009191552190557-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d7341d94f057f2d68fe6bc05bc2b53ea2c2e1bd30faba80ce69dd721524b843901c279f26f6855225a5fd67030f35caf0a7d00afd2b87c028e88fe931203d1f9e6e4b2bd0a25f480cd0e54b70





**SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ**

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001/001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição:

Nome Empresarial D. DIGIORGIO- PRODUTOS SANEANTES			
Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41 1 0855966-0	CNPJ 34.382.824/0001-95	Data de Arquivamento do Ato de inscrição 31/07/2019	Data de Início de Atividade 30/07/2019
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP) RUA Princesa Isabel, 2040 - LOJA A, Jardim Independência, SARANDI, PR, 87.114-040			
Objeto COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO, COMERCIO VAREJISTA DE GALÇADOS, COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS, COMERCIO VAREJISTA DE MÓVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO, COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS E COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS.			
Capital: R\$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Microempresa	
Último Arquivamento Data: 31/07/2019 Ato: INSCRIÇÃO Evento (s): INSCRIÇÃO	Número: 41108559660	Situação da Empresa REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA			
Nome do Empresário DEJAIR DIGIORGIO			
Identidade: 01408049414, DETRAN-PR/PR		CPF: 571.061.689-00	
Estado Civil: Separado Judicialmente		Regime de Bens: Não Informado	

MARINGÁ - PR, 01 de outubro de 2019

19/023884-0



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETARIO GERAL

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS THOMAS DE BRITTO CIL, SÁB RIBEIRO NATALIN
E TABELAMENTO DE NOTAS - Cód. 041 01 5714

Autenticação Digital

De acordo com a Lei nº 11.343/2006, a Lei nº 11.344/2006 e a Lei nº 11.345/2006, a Lei nº 11.346/2006 e a Lei nº 11.347/2006, a Lei nº 11.348/2006 e a Lei nº 11.349/2006, a Lei nº 11.350/2006 e a Lei nº 11.351/2006, a Lei nº 11.352/2006 e a Lei nº 11.353/2006, a Lei nº 11.354/2006 e a Lei nº 11.355/2006, a Lei nº 11.356/2006 e a Lei nº 11.357/2006, a Lei nº 11.358/2006 e a Lei nº 11.359/2006, a Lei nº 11.360/2006 e a Lei nº 11.361/2006, a Lei nº 11.362/2006 e a Lei nº 11.363/2006, a Lei nº 11.364/2006 e a Lei nº 11.365/2006, a Lei nº 11.366/2006 e a Lei nº 11.367/2006, a Lei nº 11.368/2006 e a Lei nº 11.369/2006, a Lei nº 11.370/2006 e a Lei nº 11.371/2006, a Lei nº 11.372/2006 e a Lei nº 11.373/2006, a Lei nº 11.374/2006 e a Lei nº 11.375/2006, a Lei nº 11.376/2006 e a Lei nº 11.377/2006, a Lei nº 11.378/2006 e a Lei nº 11.379/2006, a Lei nº 11.380/2006 e a Lei nº 11.381/2006, a Lei nº 11.382/2006 e a Lei nº 11.383/2006, a Lei nº 11.384/2006 e a Lei nº 11.385/2006, a Lei nº 11.386/2006 e a Lei nº 11.387/2006, a Lei nº 11.388/2006 e a Lei nº 11.389/2006, a Lei nº 11.390/2006 e a Lei nº 11.391/2006, a Lei nº 11.392/2006 e a Lei nº 11.393/2006, a Lei nº 11.394/2006 e a Lei nº 11.395/2006, a Lei nº 11.396/2006 e a Lei nº 11.397/2006, a Lei nº 11.398/2006 e a Lei nº 11.399/2006, a Lei nº 11.400/2006 e a Lei nº 11.401/2006, a Lei nº 11.402/2006 e a Lei nº 11.403/2006, a Lei nº 11.404/2006 e a Lei nº 11.405/2006, a Lei nº 11.406/2006 e a Lei nº 11.407/2006, a Lei nº 11.408/2006 e a Lei nº 11.409/2006, a Lei nº 11.410/2006 e a Lei nº 11.411/2006, a Lei nº 11.412/2006 e a Lei nº 11.413/2006, a Lei nº 11.414/2006 e a Lei nº 11.415/2006, a Lei nº 11.416/2006 e a Lei nº 11.417/2006, a Lei nº 11.418/2006 e a Lei nº 11.419/2006, a Lei nº 11.420/2006 e a Lei nº 11.421/2006, a Lei nº 11.422/2006 e a Lei nº 11.423/2006, a Lei nº 11.424/2006 e a Lei nº 11.425/2006, a Lei nº 11.426/2006 e a Lei nº 11.427/2006, a Lei nº 11.428/2006 e a Lei nº 11.429/2006, a Lei nº 11.430/2006 e a Lei nº 11.431/2006, a Lei nº 11.432/2006 e a Lei nº 11.433/2006, a Lei nº 11.434/2006 e a Lei nº 11.435/2006, a Lei nº 11.436/2006 e a Lei nº 11.437/2006, a Lei nº 11.438/2006 e a Lei nº 11.439/2006, a Lei nº 11.440/2006 e a Lei nº 11.441/2006, a Lei nº 11.442/2006 e a Lei nº 11.443/2006, a Lei nº 11.444/2006 e a Lei nº 11.445/2006, a Lei nº 11.446/2006 e a Lei nº 11.447/2006, a Lei nº 11.448/2006 e a Lei nº 11.449/2006, a Lei nº 11.450/2006 e a Lei nº 11.451/2006, a Lei nº 11.452/2006 e a Lei nº 11.453/2006, a Lei nº 11.454/2006 e a Lei nº 11.455/2006, a Lei nº 11.456/2006 e a Lei nº 11.457/2006, a Lei nº 11.458/2006 e a Lei nº 11.459/2006, a Lei nº 11.460/2006 e a Lei nº 11.461/2006, a Lei nº 11.462/2006 e a Lei nº 11.463/2006, a Lei nº 11.464/2006 e a Lei nº 11.465/2006, a Lei nº 11.466/2006 e a Lei nº 11.467/2006, a Lei nº 11.468/2006 e a Lei nº 11.469/2006, a Lei nº 11.470/2006 e a Lei nº 11.471/2006, a Lei nº 11.472/2006 e a Lei nº 11.473/2006, a Lei nº 11.474/2006 e a Lei nº 11.475/2006, a Lei nº 11.476/2006 e a Lei nº 11.477/2006, a Lei nº 11.478/2006 e a Lei nº 11.479/2006, a Lei nº 11.480/2006 e a Lei nº 11.481/2006, a Lei nº 11.482/2006 e a Lei nº 11.483/2006, a Lei nº 11.484/2006 e a Lei nº 11.485/2006, a Lei nº 11.486/2006 e a Lei nº 11.487/2006, a Lei nº 11.488/2006 e a Lei nº 11.489/2006, a Lei nº 11.490/2006 e a Lei nº 11.491/2006, a Lei nº 11.492/2006 e a Lei nº 11.493/2006, a Lei nº 11.494/2006 e a Lei nº 11.495/2006, a Lei nº 11.496/2006 e a Lei nº 11.497/2006, a Lei nº 11.498/2006 e a Lei nº 11.499/2006, a Lei nº 11.500/2006 e a Lei nº 11.501/2006, a Lei nº 11.502/2006 e a Lei nº 11.503/2006, a Lei nº 11.504/2006 e a Lei nº 11.505/2006, a Lei nº 11.506/2006 e a Lei nº 11.507/2006, a Lei nº 11.508/2006 e a Lei nº 11.509/2006, a Lei nº 11.510/2006 e a Lei nº 11.511/2006, a Lei nº 11.512/2006 e a Lei nº 11.513/2006, a Lei nº 11.514/2006 e a Lei nº 11.515/2006, a Lei nº 11.516/2006 e a Lei nº 11.517/2006, a Lei nº 11.518/2006 e a Lei nº 11.519/2006, a Lei nº 11.520/2006 e a Lei nº 11.521/2006, a Lei nº 11.522/2006 e a Lei nº 11.523/2006, a Lei nº 11.524/2006 e a Lei nº 11.525/2006, a Lei nº 11.526/2006 e a Lei nº 11.527/2006, a Lei nº 11.528/2006 e a Lei nº 11.529/2006, a Lei nº 11.530/2006 e a Lei nº 11.531/2006, a Lei nº 11.532/2006 e a Lei nº 11.533/2006, a Lei nº 11.534/2006 e a Lei nº 11.535/2006, a Lei nº 11.536/2006 e a Lei nº 11.537/2006, a Lei nº 11.538/2006 e a Lei nº 11.539/2006, a Lei nº 11.540/2006 e a Lei nº 11.541/2006, a Lei nº 11.542/2006 e a Lei nº 11.543/2006, a Lei nº 11.544/2006 e a Lei nº 11.545/2006, a Lei nº 11.546/2006 e a Lei nº 11.547/2006, a Lei nº 11.548/2006 e a Lei nº 11.549/2006, a Lei nº 11.550/2006 e a Lei nº 11.551/2006, a Lei nº 11.552/2006 e a Lei nº 11.553/2006, a Lei nº 11.554/2006 e a Lei nº 11.555/2006, a Lei nº 11.556/2006 e a Lei nº 11.557/2006, a Lei nº 11.558/2006 e a Lei nº 11.559/2006, a Lei nº 11.560/2006 e a Lei nº 11.561/2006, a Lei nº 11.562/2006 e a Lei nº 11.563/2006, a Lei nº 11.564/2006 e a Lei nº 11.565/2006, a Lei nº 11.566/2006 e a Lei nº 11.567/2006, a Lei nº 11.568/2006 e a Lei nº 11.569/2006, a Lei nº 11.570/2006 e a Lei nº 11.571/2006, a Lei nº 11.572/2006 e a Lei nº 11.573/2006, a Lei nº 11.574/2006 e a Lei nº 11.575/2006, a Lei nº 11.576/2006 e a Lei nº 11.577/2006, a Lei nº 11.578/2006 e a Lei nº 11.579/2006, a Lei nº 11.580/2006 e a Lei nº 11.581/2006, a Lei nº 11.582/2006 e a Lei nº 11.583/2006, a Lei nº 11.584/2006 e a Lei nº 11.585/2006, a Lei nº 11.586/2006 e a Lei nº 11.587/2006, a Lei nº 11.588/2006 e a Lei nº 11.589/2006, a Lei nº 11.590/2006 e a Lei nº 11.591/2006, a Lei nº 11.592/2006 e a Lei nº 11.593/2006, a Lei nº 11.594/2006 e a Lei nº 11.595/2006, a Lei nº 11.596/2006 e a Lei nº 11.597/2006, a Lei nº 11.598/2006 e a Lei nº 11.599/2006, a Lei nº 11.600/2006 e a Lei nº 11.601/2006, a Lei nº 11.602/2006 e a Lei nº 11.603/2006, a Lei nº 11.604/2006 e a Lei nº 11.605/2006, a Lei nº 11.606/2006 e a Lei nº 11.607/2006, a Lei nº 11.608/2006 e a Lei nº 11.609/2006, a Lei nº 11.610/2006 e a Lei nº 11.611/2006, a Lei nº 11.612/2006 e a Lei nº 11.613/2006, a Lei nº 11.614/2006 e a Lei nº 11.615/2006, a Lei nº 11.616/2006 e a Lei nº 11.617/2006, a Lei nº 11.618/2006 e a Lei nº 11.619/2006, a Lei nº 11.620/2006 e a Lei nº 11.621/2006, a Lei nº 11.622/2006 e a Lei nº 11.623/2006, a Lei nº 11.624/2006 e a Lei nº 11.625/2006, a Lei nº 11.626/2006 e a Lei nº 11.627/2006, a Lei nº 11.628/2006 e a Lei nº 11.629/2006, a Lei nº 11.630/2006 e a Lei nº 11.631/2006, a Lei nº 11.632/2006 e a Lei nº 11.633/2006, a Lei nº 11.634/2006 e a Lei nº 11.635/2006, a Lei nº 11.636/2006 e a Lei nº 11.637/2006, a Lei nº 11.638/2006 e a Lei nº 11.639/2006, a Lei nº 11.640/2006 e a Lei nº 11.641/2006, a Lei nº 11.642/2006 e a Lei nº 11.643/2006, a Lei nº 11.644/2006 e a Lei nº 11.645/2006, a Lei nº 11.646/2006 e a Lei nº 11.647/2006, a Lei nº 11.648/2006 e a Lei nº 11.649/2006, a Lei nº 11.650/2006 e a Lei nº 11.651/2006, a Lei nº 11.652/2006 e a Lei nº 11.653/2006, a Lei nº 11.654/2006 e a Lei nº 11.655/2006, a Lei nº 11.656/2006 e a Lei nº 11.657/2006, a Lei nº 11.658/2006 e a Lei nº 11.659/2006, a Lei nº 11.660/2006 e a Lei nº 11.661/2006, a Lei nº 11.662/2006 e a Lei nº 11.663/2006, a Lei nº 11.664/2006 e a Lei nº 11.665/2006, a Lei nº 11.666/2006 e a Lei nº 11.667/2006, a Lei nº 11.668/2006 e a Lei nº 11.669/2006, a Lei nº 11.670/2006 e a Lei nº 11.671/2006, a Lei nº 11.672/2006 e a Lei nº 11.673/2006, a Lei nº 11.674/2006 e a Lei nº 11.675/2006, a Lei nº 11.676/2006 e a Lei nº 11.677/2006, a Lei nº 11.678/2006 e a Lei nº 11.679/2006, a Lei nº 11.680/2006 e a Lei nº 11.681/2006, a Lei nº 11.682/2006 e a Lei nº 11.683/2006, a Lei nº 11.684/2006 e a Lei nº 11.685/2006, a Lei nº 11.686/2006 e a Lei nº 11.687/2006, a Lei nº 11.688/2006 e a Lei nº 11.689/2006, a Lei nº 11.690/2006 e a Lei nº 11.691/2006, a Lei nº 11.692/2006 e a Lei nº 11.693/2006, a Lei nº 11.694/2006 e a Lei nº 11.695/2006, a Lei nº 11.696/2006 e a Lei nº 11.697/2006, a Lei nº 11.698/2006 e a Lei nº 11.699/2006, a Lei nº 11.700/2006 e a Lei nº 11.701/2006, a Lei nº 11.702/2006 e a Lei nº 11.703/2006, a Lei nº 11.704/2006 e a Lei nº 11.705/2006, a Lei nº 11.706/2006 e a Lei nº 11.707/2006, a Lei nº 11.708/2006 e a Lei nº 11.709/2006, a Lei nº 11.710/2006 e a Lei nº 11.711/2006, a Lei nº 11.712/2006 e a Lei nº 11.713/2006, a Lei nº 11.714/2006 e a Lei nº 11.715/2006, a Lei nº 11.716/2006 e a Lei nº 11.717/2006, a Lei nº 11.718/2006 e a Lei nº 11.719/2006, a Lei nº 11.720/2006 e a Lei nº 11.721/2006, a Lei nº 11.722/2006 e a Lei nº 11.723/2006, a Lei nº 11.724/2006 e a Lei nº 11.725/2006, a Lei nº 11.726/2006 e a Lei nº 11.727/2006, a Lei nº 11.728/2006 e a Lei nº 11.729/2006, a Lei nº 11.730/2006 e a Lei nº 11.731/2006, a Lei nº 11.732/2006 e a Lei nº 11.733/2006, a Lei nº 11.734/2006 e a Lei nº 11.735/2006, a Lei nº 11.736/2006 e a Lei nº 11.737/2006, a Lei nº 11.738/2006 e a Lei nº 11.739/2006, a Lei nº 11.740/2006 e a Lei nº 11.741/2006, a Lei nº 11.742/2006 e a Lei nº 11.743/2006, a Lei nº 11.744/2006 e a Lei nº 11.745/2006, a Lei nº 11.746/2006 e a Lei nº 11.747/2006, a Lei nº 11.748/2006 e a Lei nº 11.749/2006, a Lei nº 11.750/2006 e a Lei nº 11.751/2006, a Lei nº 11.752/2006 e a Lei nº 11.753/2006, a Lei nº 11.754/2006 e a Lei nº 11.755/2006, a Lei nº 11.756/2006 e a Lei nº 11.757/2006, a Lei nº 11.758/2006 e a Lei nº 11.759/2006, a Lei nº 11.760/2006 e a Lei nº 11.761/2006, a Lei nº 11.762/2006 e a Lei nº 11.763/2006, a Lei nº 11.764/2006 e a Lei nº 11.765/2006, a Lei nº 11.766/2006 e a Lei nº 11.767/2006, a Lei nº 11.768/2006 e a Lei nº 11.769/2006, a Lei nº 11.770/2006 e a Lei nº 11.771/2006, a Lei nº 11.772/2006 e a Lei nº 11.773/2006, a Lei nº 11.774/2006 e a Lei nº 11.775/2006, a Lei nº 11.776/2006 e a Lei nº 11.777/2006, a Lei nº 11.778/2006 e a Lei nº 11.779/2006, a Lei nº 11.780/2006 e a Lei nº 11.781/2006, a Lei nº 11.782/2006 e a Lei nº 11.783/2006, a Lei nº 11.784/2006 e a Lei nº 11.785/2006, a Lei nº 11.786/2006 e a Lei nº 11.787/2006, a Lei nº 11.788/2006 e a Lei nº 11.789/2006, a Lei nº 11.790/2006 e a Lei nº 11.791/2006, a Lei nº 11.792/2006 e a Lei nº 11.793/2006, a Lei nº 11.794/2006 e a Lei nº 11.795/2006, a Lei nº 11.796/2006 e a Lei nº 11.797/2006, a Lei nº 11.798/2006 e a Lei nº 11.799/2006, a Lei nº 11.800/2006 e a Lei nº 11.801/2006, a Lei nº 11.802/2006 e a Lei nº 11.803/2006, a Lei nº 11.804/2006 e a Lei nº 11.805/2006, a Lei nº 11.806/2006 e a Lei nº 11.807/2006, a Lei nº 11.808/2006 e a Lei nº 11.809/2006, a Lei nº 11.810/2006 e a Lei nº 11.811/2006, a Lei nº 11.812/2006 e a Lei nº 11.813/2006, a Lei nº 11.814/2006 e a Lei nº 11.815/2006, a Lei nº 11.816/2006 e a Lei nº 11.817/2006, a Lei nº 11.818/2006 e a Lei nº 11.819/2006, a Lei nº 11.820/2006 e a Lei nº 11.821/2006, a Lei nº 11.822/2006 e a Lei nº 11.823/2006, a Lei nº 11.824/2006 e a Lei nº 11.825/2006, a Lei nº 11.826/2006 e a Lei nº 11.827/2006, a Lei nº 11.828/2006 e a Lei nº 11.829/2006, a Lei nº 11.830/2006 e a Lei nº 11.831/2006, a Lei nº 11.832/2006 e a Lei nº 11.833/2006, a Lei nº 11.834/2006 e a Lei nº 11.835/2006, a Lei nº 11.836/2006 e a Lei nº 11.837/2006, a Lei nº 11.838/2006 e a Lei nº 11.839/2006, a Lei nº 11.840/2006 e a Lei nº 11.841/2006, a Lei nº 11.842/2006 e a Lei nº 11.843/2006, a Lei nº 11.844/2006 e a Lei nº 11.845/2006, a Lei nº 11.846/2006 e a Lei nº 11.847/2006, a Lei nº 11.848/2006 e a Lei nº 11.849/2006, a Lei nº 11.850/2006 e a Lei nº 11.851/2006, a Lei nº 11.852/2006 e a Lei nº 11.853/2006, a Lei nº 11.854/2006 e a Lei nº 11.855/2006, a Lei nº 11.856/2006 e a Lei nº 11.857/2006, a Lei nº 11.858/2006 e a Lei nº 11.859/2006, a Lei nº 11.860/2006 e a Lei nº 11.861/2006, a Lei nº 11.862/2006 e a Lei nº 11.863/2006, a Lei nº 11.864/2006 e a Lei nº 11.865/2006, a Lei nº 11.866/2006 e a Lei nº 11.867/2006, a Lei nº 11.868/2006 e a Lei nº 11.869/2006, a Lei nº 11.870/2006 e a Lei nº 11.871/2006, a Lei nº 11.872/2006 e a Lei nº 11.873/2006, a Lei nº 11.874/2006 e a Lei nº 11.875/2006, a Lei nº 11.876/2006 e a Lei nº 11.877/2006, a Lei nº 11.878/2006 e a Lei nº 11.879/2006, a Lei nº 11.880/2006 e a Lei nº 11.881/2006, a Lei nº 11.882/2006 e a Lei nº 11.883/2006, a Lei nº 11.884/2006 e a Lei nº 11.885/2006, a Lei nº 11.886/2006 e a Lei nº 11.887/2006, a Lei nº 11.888/2006 e a Lei nº 11.889/2006, a Lei nº 11.890/2006 e a Lei nº 11.891/2006, a Lei nº 11.892/2006 e a Lei nº 11.893/2006, a Lei nº 11.894/2006 e a Lei nº 11.895/2006, a Lei nº 11.896/2006 e a Lei nº 11.897/2006, a Lei nº 11.898/2006 e a Lei nº 11.899/2006, a Lei nº 11.900/2006 e a Lei nº 11.901/2006, a Lei nº 11.902/2006 e a Lei nº 11.903/2006, a Lei nº 11.904/2006 e a Lei nº 11.905/2006, a Lei nº 11.906/2006 e a Lei nº 11.907/2006, a Lei nº 11.908/2006 e a Lei nº 11.909/2006, a Lei nº 11.910/2006 e a Lei nº 11.911/2006, a Lei nº 11.912/2006 e a Lei nº 11.913/2006, a Lei nº 11.914/2006 e a Lei nº 11.915/2006, a Lei nº 11.916/2006 e a Lei nº 11.917/2006, a Lei nº 11.918/2006 e a Lei nº 11.919/2006, a Lei nº 11.920/2006 e a Lei nº 11.921/2006, a Lei nº 11.922/2006 e a Lei nº 11.923/2006, a Lei nº 11.924/2006 e a Lei nº 11.925/2006, a Lei nº 11.926/2006 e a Lei nº 11.927/2006, a Lei nº 11.928/2006 e a Lei nº 11.929/2006, a Lei nº 11.930/2006 e a Lei nº 11.931/2006, a Lei nº 11.932/2006 e a Lei nº 11.933/2006, a Lei nº 11.934/2006 e a Lei nº 11.935/2006, a Lei nº 11.936/2006 e a Lei nº 11.937/2006, a Lei nº 11.938/2006 e a Lei nº 11.939/2006, a Lei nº 11.940/2006 e a Lei nº 11.941/2006, a Lei nº 11.942/2006 e a Lei nº 11.943/2006, a Lei nº 11.944/2006 e a Lei nº 11.945/2006, a Lei nº 11.946/2006 e a Lei nº 11.947/2006, a Lei nº 11.948/2006 e a Lei nº 11.949/2006, a Lei nº 11.950/2006 e a Lei nº 11.951/2006, a Lei nº 11.952/2006 e a Lei nº 11.953/2006, a Lei nº 11.954/2006 e a Lei nº 11.955/2006, a Lei nº 11.956/2006 e a Lei nº 11.957/2006, a Lei nº 11.958/2006 e a Lei nº 11.959/2006, a Lei nº 11.960/2006 e a Lei nº 11.961/2006, a Lei nº 11.962/2006 e a Lei nº 11.963/2006, a Lei nº 11.964/2006 e a Lei nº 11.965/2006, a Lei nº 11.966/2006 e a Lei nº 11.967/2006, a Lei nº 11.968/2006 e a Lei nº 11.969/2006, a Lei nº 11.970/2006 e a Lei nº 11.971/2006, a Lei nº 11.972/2006 e a Lei nº 11.973/2006, a Lei nº 11.974/2006 e a Lei nº 11.975/2006, a Lei nº 11.976/2006 e a Lei nº 11.977/2006, a Lei nº 11.978/2006 e a Lei nº 11.979/2006, a Lei nº 11.980/2006 e a Lei nº 11.981/2006, a Lei nº 11.982/2006 e a Lei nº 11.983/2006, a Lei nº 11.984/2006 e a Lei nº 11.985/2006, a Lei nº 11.986/2006 e a Lei nº 11.987/2006, a Lei nº 11.988/2006 e a Lei nº 11.989/2006, a Lei nº 11.990/2006 e a Lei nº 11.991/2006, a Lei nº 11.992/2006 e a Lei nº 11.993/2006, a Lei nº 11.994/2006 e a Lei nº 11.995/2006, a Lei nº 11.996/2006 e a Lei nº 11.997/2006, a Lei nº

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrares, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **02/10/2019 14:59:51 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o A/L 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://audigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1363292

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **02/10/2020 14:56:39 (hora local)**.

*Código de Autenticação Digital: 45400210191446090993-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fê.

CHAVE DIGITAL

00005b1d7341d941057f2d69fe6bc05b677a42673e7d55f207f58d0d7f0896931f0c888fd9db554fe3c31b9dad4828390f5caf0a7d00afd2b87cd28e88fe931b584d7c9f4390d4e5088e8265b9609c9



DECLARAÇÃO

À

Comissão De Licitação:

Pregão Presencial Nº 073/2019 – Processo Administrativo Nº 105/2019

A EMPRESA D. DIGIORGIO- PRODUTOS SANEANTES, CNPJ- 34.382.824/0001-95 – I.E 90822063-34 RUA PRINCESA ISABEL, 2040, LJ A; - JARDIM INDEPENDENCIA - CEP 87114- 040, NESTE ATO REPRESENTADO PELO Sr. DEJAIR DIGIORGIO, PROPRIETÁRIO, PORTADOR DO CPF- 571.061.699-00 E DO RG: 4234984-5, BRASILEIRO, SEPARADO JUDICIALMENTE, DOMICILIADO A RUA PRINCESA ISABEL, 2020, CASA A - JD. INDEPENDÊNCIA CEP 87114-040, DECLARA:

Sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser MICROEMPRESA, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

Para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que conhecemos, concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação e que recebemos todos os documentos e informações e conhecimento das condições locais para o cumprimento integral das obrigações objeto desta licitação. Declaramos ainda, que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento.

Que não infringe o Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, ou seja, não outorga trabalho noturno, Perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito), e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.


Sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos integrantes dos envelopes "II", sob pena de sujeição às penalidades previstas no Edital do Pregão Presencial nº 073/2019.


Sob as penas da Lei que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante como: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer um deles por matrimônio, subsistindo a proibição até seis (6) meses após findas as respectivas funções.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Sarandi – PR 30 de outubro de 2019.


DEJAIR DIGIORGIO
CARGO: PROPRIETÁRIO
RG: 4.234.894-5
CPF: 571.061.699-00


[34.382.824/0001-95]
I. E. 90822063-34
D. DIGIORGIO-PRODUTOS SANEANTES
RUA PRINCESA ISABEL, 2040, LJ A - JD. INDEPENDENCIA
CEP 87114-040 - SARANDI - PR
FONE (44) 3035-1132

100

[illegible]

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS **AVENIDA DE ROBERTO CIVIL DAS FÉLIX, 123 - JARDIM NATURALIA - FLORESTA - RJ 22451-000

Autenticação Digital

Chancelado em 02/08/2017 às 15:05:57 por 45402280380-1 e 45402280380-1

Cód. Autenticação: 45402280380-1; Data: 02/08/2017 15:05:57

Selo Digital de Autenticação Tipo Normal C: NJAS11-33447

Valor Total em R\$: R\$ 4,42

Cópia em Cartão do selo em Cartão de Autenticação Digital

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.net.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.net.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc.

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos onudos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço: <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA, COMERCIAL - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **27/08/2019 16:38:12 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MARCOS DE SOUZA ALMEIDA COMERCIAL - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.net.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.net.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração

Código de Consulta desta Declaração: 1333995

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **27/08/2020 16:11:20 (hora local)**.

Código de Autenticação Digital: 45402708191502280380-1

Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fa94f057f2d59fe8bc05b4532b3a4fd07bd6adcod98f8c2c7cbaa6713ed9557f03640cdb226765b140660f55caf0a7d00afd2b87c028a88f
e9319fc9a345c97a5abe664eed742119f34f



[illegible]

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

CNPJ: 04.162.105/0001-06
Rua Canelinha, nº 1930 – Jardim Paraíso
CEP 87507-190
Umuarama - Paraná

069

ANEXO III

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

Processo Licitatório nº 105/2019

Pregão Presencial nº 073/2019

A empresa **C A E – INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.162.105/0001-06, com sede à Rua Canelinha, nº 1930 – Parque Industrial, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, neste ato representada pela sócia administradora, a **ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO**, brasileira, portadora do documento de identidade civil RG: 6.764.587-1-SSP/PR e inscrita no CPF/MF: 044.727.319-16 pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor **JEFERSON DE ALMEIDA DAMASIO**, portador do documento de identidade civil RG: 6.283.622-9-SSP/PR e inscrito no CPF: 884.735.709-87 a quem confere(m) amplos poderes para representar a empresa: **C A E – INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA** junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso Estado do Paraná, durante o Pregão Presencial nº 073/2019, com poderes para tomar, em nome da Outorgante, qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive: a) apresentar a declaração de que empresa cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos; b) entregar os envelopes contendo as Propostas de Preços e documentação de habilitação; c) formular lances ou ofertas verbalmente; d) negociar com o pregoeiro a redução dos preços ofertados; e) desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediatamente e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo; f) assinar a ata da sessão; g) prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro e h) praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

A presente Procuração é válida até o dia 30 de Novembro de 2019.

Umuarama – PR, 25 de Outubro de 2019

ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

RG: 6.674.587-1-SSP/PR

CPF: 044.727.319-16

Sócia Administradora



2º CARTÓRIO DE NOTAS

Selo xTabr. Foneu. 7662; Controle: 869NY.VPppm valide em www.2umapen.com.br / Reconheço por **SEMELHANÇA** (por solicitação da parte) a assinatura de **ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO**, do fe. 10/2019, de 28/10/2019. FIEGDS9C9-738565-18.

Assinatura: *[assinatura]*
Endereço: Caroline Liza da Mota
Escrevente Autorizada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 8.764.587-1

POLEGAR DIREITO

Ariadna R. Borsato Damasio
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 6.764.587-1 DATA DE EXPEDIÇÃO: 21/07/2010

NOME: ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

FILIAÇÃO: HUMBERTO MARIANO BORSATO
BERNARDETE APARECIDA RUBIO BORSATO

NATURALIDADE: MARINGÁ/PR DATA DE NASCIMENTO: 25/01/1985

DOC. ORIGEM: COMARCA=UMUARAMA/PR, DA SEDE
C.CAS=14532, LVRO=298, FOLHA=233

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.115 DE 29/06/73

TABELIONATO DE NOTAS

Aline da Silva Guilhermino
Escritora de Notas
CNC 016 74.380.012

2.º TABELIONATO DE NOTAS

CURTES 016 74.380.012 TEL. (41) 2031-4351 - Umuarama/PR

Autenticando a presente cópia-reprogrática a qual contém
o conteúdo do original que me foi apresentada. Dou fé.

FRG91855

29 OUT. 2019

- ☐ Aline da Silva Guilhermino - Tabelião de Notas
- ☐ Lina Guslavo Silva Guilhermino - Escrivente Substituto
- ☐ Mariana Maria Silva Guilhermino - Escrivente Autorizada
- ☒ Andressa Caroline Lima da Silva - Escrivente Autorizada

Leol

S

lo

pp

Boia

A

VALUNA EMISSÃO DE EMBLEMA NACIONAL

INSCRIÇÃO 6.764.603-7 DATA DE EMISSÃO 12/03/1993

NOME BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO

ENDEREÇO ANTONIO RUBIO FILHO
HELENA GENOVEZ RUIJO

MUNICÍPIO MANDAGUAÍ/PR DATA DE NASCIMENTO 25/06/1956

COMARCA=MARINGÁ/PR, DR. CAMARGO
C.CAS 0075, LIVRO=03, FOLHA=1510

Assinatura: Bel. Douglas Haquin

ASSINATURA DO TITULAR

SECRETARIA DO ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE PARANÁ

Assinatura: Bernadete C. P. R. Borsato



3.º TABELIONATO DE NOTAS

Assinatura: Aline da Silva Galvão

29 OUT. 2019

- ☐ Aline da Silva Galvão - Tabela de Notas
- ☐ Luiz Gustavo Silva Galvão - Escrevente Substituto
- ☐ Leticia Maria Silva Galvão - Escrevente Autorizada
- ☒ Andreia Christine Lima da Silva - Escrevente Autorizada

Handwritten signatures and marks:

- Large handwritten "Lop" at the top left.
- Large handwritten "S" in the center.
- Handwritten "20" and "22" below the "S".
- Handwritten "A" and "P" on the right side.
- Handwritten "B" at the bottom right.

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CARTEIRÃO DE IDENTIFICAÇÃO

794081419 20

25-06-56

Pernando P. Pulido Borato

VÁLIDO EM TODAS AS TERRITÓRIOS NACIONAIS

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO IDENTIFICATÓRIO DO EMPREGADO DO REGIME DE REGISTRO DE EMPREGO (RRE) E DEVE SER LEVANTADO LEGALMENTE DETERMINADO.

12/88

9/090/7923

2ª TABELIONATO DE NOTAS

Aline da Silva Guimarães

Escritor de Notas

Dir. N.º 58/2017

2ª TABELIONATO DE NOTAS

29 OUT. 2019

FRG91857

- ☐ *Aline da Silva Guimarães* - Tabela de Notas
- ☐ *Luiz Gustavo Silva Guimarães* - Escritor de Notas
- ☐ *Luiz Gustavo Silva Guimarães* - Escritor de Notas
- ☒ *Andressa Carolina Lima da Silva* - Escritor de Notas

Lo

Lo

Lo

Lo

Lo

Lo

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
CPF
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de inscrição
044.727.319-16
Nome
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO
Nascimento
25/01/1985

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
AGO/2010

CORREIOS

2.º TABELIONATO DE NOTAS
Aline da Silva Galvão
Tabelião de Notas
OAB RJ nº 382.017

2.º TABELIONATO DE NOTAS
Aline da Silva Galvão
Tabelião de Notas
OAB RJ nº 382.017
FRG91858

Umuarama-PR, 29 OUT. 2019

- ☐ Aline da Silva Galvão - Tabelião de Notas
- ☐ Luiz Gustavo Silva Galvão - Escrevente Substituto
- ☐ Aline da Silva Galvão - Escrevente Autorizada
- ☒ Andréa Caroline Lima da Silva - Escrevente Autorizada

[Handwritten signatures and a large curved line across the bottom of the page]

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

Página 1 de 5

BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da carteira de identidade civil RG: 6.764.603-7-SSP/PR e no CPF: 794.081.419-20, residente e domiciliada na Avenida Rotary, nº 2571 – Parque Presidente, CEP 87505-030, na cidade de Umuarama-PR.

ARIADNA RUBIO BORSATO DAMÁSIO, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade civil RG: 6.764.587-1-SSP/PR e inscrita no CPF: 044.727.319-16, residente e domiciliada na Rua Martinho Pedrangelo, nº 1420 – Jardim Imperial I, CEP 87505-501, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada de: **C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** com sede e domicílio na Rua Canelinha nº 1930 – Jardim Paraíso, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná NIRE 41204456693 em sessão de 22/11/2000, e última alteração contratual sob nº 20112373615 em 29/04/2011 pelo presente inscrita no CNPJ: 04.162.105/0001-06, resolvem assim alterar o contrato social:

CLAUSULA PRIMEIRA: O endereço da sede fica alterado para: Avenida Alexandre Ceranto, nº 1930, Jardim Paraíso, CEP 8757-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento e, RESOLVEM CONSOLIDAR o Contrato Social e Alterações, **ADEQUANDO-SE** à Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002, com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da carteira de identidade civil RG: 6.764.603-7-SSP/PR e inscrita no CPF: 794.081.419-20, residente e domiciliada na Avenida Rotary, nº 2571 – Parque Presidente, CEP 87505-030, na cidade de Umuarama Estado do Paraná;



CERTIFICADO O REGISTRO EM 28/03/2018 16:06 SOB Nº 20181047675.
 PROTOCOLO: 181047675 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801139827. NIRE: 41204456693.
 C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 28/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

Página 2 de 5

ARIADNA RUBIO BORSATO DAMÁSIO, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade civil RG: 6.764.587-1-SSP/PR e inscrita no CPF: 044.727.319-16, residente e domiciliada na Rua Martinho Pedrangelo, nº 1420 – Jardim Imperial I, CEP 87505-501, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada de: **C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** com sede e domicílio na Rua Canelinha nº 1930 – Jardim Paraíso, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná NIRE 41204456693 em sessão de 22/11/2000, e última alteração contratual sob nº 20112373615 em 29/04/2011 pelo presente inscrita no CNPJ: 04.162.105/0001-06, resolvem assim consolidar o contrato social:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de: **C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** e tem sua sede e domicílio na Avenida Alexandre Ceranto nº 1930 – Jardim Paraíso, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná

CLAUSULA SEGUNDA: O Capital Social na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), dividido em 20.000 (Vinte Mil) quotas, pelo valor nominal de R\$ 10,00 (Dez Reais), cada uma, subscritas e integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	R\$ VALOR
BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO	1.000	10.000,00
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMÁSIO	1.000	10.000,00
VALOR TOTAL	2.000	20.000,00

CLAUSULA TERCEIRA: A sociedade tem por objeto social: Fabricação e comércio de sabões e detergentes, cosméticos e produtos de perfumaria e de higiene pessoal, comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, transporte de produtos químicos.

CLAUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em **01/12/2000**, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/03/2018 16:06 SOB Nº 20181047675.
 PROTOCOLO: 191047675 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801139827. NIRE: 41204456693.
 C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 28/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

Página 3 de 5

CLAUSULA QUINTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição.

CLAUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA SÉTIMA: A administração da Sociedade caberá aos sócios **ARIADNA RUBIO BORSATO DAMÁSIO e BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO** com os poderes e atribuições de administrador, a qual compete privativa e individualmente o uso da firma, a representação ativa passiva judicial e extrajudicial da sociedade. Sendo-lhe entretanto vedado o seu emprego sobre qualquer pretexto e modalidade em negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação da aval, fianças ou caução de favor.

CLAUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

§ Único: Até 30 de abril do ano seguinte ao do encerramento do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLAUSULA NONA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA DÉCIMA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/03/2018 16:06 SOB Nº 20181047675.
 PROTOCOLO: 181047675 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801139827. NIRE: 41204456693.
 C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 28/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

Página 4 de 5

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Quando a maioria dos sócios, que representem mais da metade do Capital Social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração de contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa.

§ Único: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembléia especialmente convocada para esse fim, com a presença de todos os sócios, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa, aplicando para a liquidação ou pagamento das quotas o disposto na cláusula décima primeira, parágrafo único.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade reger-se-á supletivamente nas omissões deste contrato pelas normas da Lei 6.404/76 e demais alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: A convocação dos sócios será efetuada por meio de correspondência registrada, com antecedência de 03 (três) dias da data da reunião de sócios.

§ 1º: Dispensam-se, as formalidades de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data hora e ordem do dia.

§ Segundo: A reunião de sócios torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Umuarama Estado do Paraná para qualquer ação fundada neste contrato.



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/03/2018 16:06 SOB Nº 20181047675.
 PROTOCOLO: 181047675 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801139827, NIRE: 41204456693.
 C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 28/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

Página 5 de 5

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única,

Umuarama-PR., 01 de Março de 2018

Ariadna R. Borsato Damásio
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMÁSIO

Bernadete A R Borsato
BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/03/2018 18:06 SOB Nº 20181047675.
 PROTOCOLO: 181047675 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801139827. NIRE: 41204456693.
 C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 28/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

**C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS
LTDA**

CNPJ: 04.162.105/0001-06
Rua Canelinha, nº 1930 - Jardim Paraíso
CEP 87507-190
Umuarama - Paraná

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

Processo Licitatório nº 105/2019

Pregão Presencial nº 073/2019

A proponente, **C A E - INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA** estabelecida na Rua Canelinha, nº 1930 - Jardim Paraíso, Parque Industrial, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 04.162.105/0001-06, por intermédio de seu representante legal o sr^a **ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO**, portadora do documento de identidade civil RG: 6.764.587-1-SSP/PR e inscrita no CPF/MF: 044.727.319-16, **DECLARA** sob as penas da Lei, expressamente sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

Umuarama - PR, 25 de Outubro de 2019

Ariadna R. Borsato Damasio
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

RG: 6.764.587-1-SSP/PR

CPF: 044.727.319-16

Sócia Administradora

04.162.105/0001-06

C A E-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-EPP

RUA CANELINHA, 1930 - PQ INDUSTRIAL

JD. PARAÍSO - CEP 87507-190

UMUARAMA - PARANÁ

**C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS
LTDA**

CNPJ: 04.162.105/0001-06
Rua Canelinha, nº 1930 – Jardim Paraíso
CEP 87507-190
Umuarama - Paraná

ANEXO IV

TERMO DE CONCORDÂNCIA E DE SUBMISSÃO AO EDITAL

A
 Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

Processo Licitatório nº 105/2019
Pregão Presencial nº 073/2019

A proponente, **C A E – INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA** estabelecida na Rua Canelinha, nº 1930 – Jardim Paraíso, Parque Industrial, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 04.162.105/0001-06, por intermédio de seu representante legal o sr^a **ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO**, portadora do documento de identidade civil RG: 6.764.587-1-SSP/PR e inscrita no CPF/MF: 044.727.319-16, **DECLARA** para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que concordamos e se submetemos a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação. Declaramos ainda, que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sócias, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento.

Umuarama – PR, 25 de Outubro de 2019

Ariadna R. Borsato Damasio
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

RG: 6.674.587-1-SSP/PR

CPF: 044.727.319-16

Sócia Administradora

04.162.105/0001-06

**C A E-INDUSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS QUÍMICOS LTDA/EPP**

**RUA CANELINHA, 1930 - PO INDUSTRIAL
JO. PARAÍSO - CEP 87507-190
UMUARAMA - PARANÁ**



PERFEITO

ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE
Assessorias e Serviços Contábeis em Geral

081

DECLARAÇÃO EMPRESA PEQUENO PORTE

Eu **PAULO GOMES RODRIGUES**, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade civil RG: 6.016.653-6-SSP/PR e inscrito no CPF/MF: 219.673.422-53, vem através desta **DECLARAR** que a empresa **C A E – INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA – EPP** pessoa jurídica de direitos privados, devidamente inscrita no CNPJ nº **04.162.105/0001-06** estabelecida na Rua Canelinha, nº 1930 – Parque Industrial, CEP 87507-190 na cidade de Umuarama Estado do Paraná, que o valor da receita bruta anual da empresa não excederá, no ano da Constituição, o limite fixado no inciso I do artigo 2º da Lei Federal 9.841 de 05/10/1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º daquela Lei desde sua constituição em 03/03/2004.

- Declaramos ainda que o mesmo esta enquadrado como EPP - (Empresa de Pequeno Porte), podendo usufruir dos benefícios da Lei 123/06, para fins de Licitação.

E, para que a mesma surta os efeitos legais, dato e assino a presente declaração.

Umuarama – PR., 28 de Outubro de 2019

PAULO GOMES RODRIGUES
Téc. Cont. CRC-PR 037269/O-3
Fone(44) 3624-1217



**SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ**

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial C A E - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA																					
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA																					
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41.2.0445669-3	CNPJ 04.162.105/0001-06	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 22/11/2000	Data de Início de Atividade 01/12/2000																		
Endereço Completo (Lagradoiro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) AVENIDA ALEXANDRE CERANTO, 1930, Jardim Paraíso, UMUARAMA, PR, 87.507-190																					
Objeto Social FABRICAÇÃO E COMERCIO DE SABOES E DETERGENTES, COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR, TRANSPORTE DE PRODUTOS QUIMICOS																					
Capital: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Microempresa	Prazo de Duração Indeterminado																			
Capital Integralizado: R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato</th> <th>Nome/CPF ou CNPJ</th> <th>Participação no capital (R\$)</th> <th>Espécie de Sócio</th> <th>Administrador</th> <th>Término do Mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO 794.081.419-20</td> <td>10.000,00</td> <td>SOCIO</td> <td>Administrador</td> <td>XXXXXXXXXX</td> </tr> <tr> <td></td> <td>ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO 044.727.319-16</td> <td>10.000,00</td> <td>SOCIO</td> <td>Administrador</td> <td>XXXXXXXXXX</td> </tr> </tbody> </table>				Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato	Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato		BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO 794.081.419-20	10.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX		ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO 044.727.319-16	10.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato	Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato																
	BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO 794.081.419-20	10.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX																
	ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO 044.727.319-16	10.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX																
Último Arquivamento Data: 28/03/2018 Ato: ALTERAÇÃO		Situação REGISTRO ATIVO																			
Evento(s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO		Status XXXXXXXXXXXXXXXXXX																			

UMUARAMA - PR, 13 de agosto de 2019

19/519834-4



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETARIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO
PARANÁ



**C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS
LTDA**

CNPJ: 04.162.105/0001-06
Rua Canelinha, nº 1930 – Jardim Paraíso
CEP 87507-190
Umuarama - Paraná

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTOS AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

Processo Licitatório nº 105/2019

Pregão Presencial nº 073/2019

A proponente, **C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** estabelecida na Rua Canelinha, nº 1930 – Jardim Paraíso, Parque Industrial, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 04.162.105/0001-06, por intermédio de seu representante legal o sr^a **ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO**, portadora do documento de identidade civil RG: 6.764.587-1-SSP/PR e inscrita no CPF/MF: 044.727.319-16, **DECLARA** sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos integrantes dos envelopes "II", sob pena de sujeição às penalidades previstas no Edital do Pregão Presencial nº 073/2019.

Umuarama – PR, 25 de Outubro de 2019

Ariadna R. Borsato Damasio
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

RG: 6.674.587-1-SSP/PR

CPF: 044.727.319-16

Sócia Administradora

04.162.105/0001-06

**CAE-INDUSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-EPP**

**RUA CANELINHA, 1930 - PO INDUSTRIAL
JD. PARAISO - CEP 87507-190
UMUARAMA - PARANÁ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO**Envelope nº. I - Proposta de Pregos****Pregão nº. 073/2019****Razão Social: D. DIGIORGIO- PRODUTOS SANEANTES****CNPJ: 34.382.824/0001-95 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90822063-34****Endereço: RUA PRINCESA, 2040, U A - JD INDEPENDENCIA - SARANDI/PR****TEL: 44 - 3035-1132 EMAIL: LICITAMSA@GMAIL.COM****Data e horário de encerramento do credenciamento e abertura dos envelopes: 30/10/2019 -
horário: 09:00 horas**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX: (044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 073/19

MODALIDADE: Preços

PROPOSITANTE: D. D. Gregório Produtos Alimentares

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#####	SOLICITADO	VALIDADE	OBSERVAÇÃO
RG e CPF dos Sócios	Sim		
Contrato Social	Sim		
Cartão CNPJ	Sim		
CICAD	Sim		
CND Federal	Sim		
CND Estadual	Sim		
CND Municipal	Sim		
CND Fgts	Sim		
Atestados de Clientes			
Certidão de Concordata e Falência	Sim		
Confirmar CNPJ e endereço nas Certidões			
CND Trabalhistas	Sim		
<u>Emprego III</u>	Sim		
<u>II VII</u>	Sim		
<u>II VIII</u>	Sim		

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

#####	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	<u>30 dias</u>		
Prazo de Entrega	<u>05 dias</u>		
Validade da Proposta	<u>60 dias</u>	<u>OK</u>	
Garantia			
Assinaturas			
Apresentou a marca do (s) produto(s)			
A proposta esta dentro do vlr. máximo			

Alto Paraíso - PR, 30/10/19

Assinatura
Assinatura do Membro Conferente

D. DIGIORGIO PRODUTOS SANEANTES
CNPJ: 34.382.824/0001-95 I.E. 90822063-34

PROPOSTA DE PREÇOS

EDITAL Pregão Presencial N° 073/2019 – Processo Administrativo N° 105/2019

OBJETO: Aquisição de Intercep, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital”.

Razão Social: D. DIGIORGIO- PRODUTOS SANEANTES
CNPJ: 34.382.824/0001-95 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90822063-34
Endereço: RUA PRINCESA, 2040, LJ A – JD INDEPENDENCIA – SARANDI/PR
TEL: 44 – 3035-1132 EMAIL: LICITAMSA@GMAIL.COM - CONTA: SICREDI AG: 0718 C/C 32372-3

Valor Total Da Proposta: R\$ 18.987,00 (DEZOITO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E SETE REAIS).

Validade da proposta: 60 (SESSENTA) DIAS.

Prazo De Pagamento: Conforme Edital

Local da Entrega: Conforme Edital.

DECLARO que estou ciente e de acordo com todas as cláusulas e condições contidas no edital e em seus anexos.

Sarandí, 30 de outubro de 2019.

Cláudia Sampaio Infante
[34.382.824/0001-95]
I.E. 90822063-34
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: D. DIGIORGIO- PRODUTOS SANEANTES
DEJAIR DIGIORGIO
RUA PRINCESA ISABEL, 2040 – LJ A – JD. INDEPENDENCIA
CEP 87114-040 – SARANDI – PR
CARGO: PROPRIETÁRIO
CPF: 571.061.699-00
RG: 4.234.894-5 SESP-PR
[FONE (44) 3035-1132]

Pregão Presencial Nº 073/2019 – Processo Administrativo Nº 105/2019

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	100	Balde	Interoap Concentrado, Balde de 50 Litros	BELA-PLUS	R\$ 118,65	R\$ 11.865,00
2	50	Balde	Solupan Concentrado, Balde de 50 Litros	MONOTAN	R\$ 118,65	R\$ 5.932,50
3	10	Balde	Shampoo Concentrado, Balde de 50 Litros	MONOTAN	R\$ 118,95	R\$ 1.189,50

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

R\$ 18.987,00

Sarandi, 30 de outubro de 2019.

34.382.824/0001-95
I. EL. 90822063-34

D. DIGIORGIO-PRODUTOS SANEANTES

RUA (NÚMERO) JAMIL, 2040 – JARDIM – 18º INTERSEÇÃO

CNPJ 073114-00/0 – SARANDI – PR

FONE (41) 3035-1132

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

DEJAIR DIGIORGIO

CARGO: PROPRIETÁRIO

RG: 4.234.894-5

CPF: 571.061.699-00

[Handwritten signatures and initials]



PARANÁ QUÍMICA
AE - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
QUÍMICOS LTDA - EPP
CNPJ: 04.162.105/0001-06

“PROPOSTA DE PREÇOS”

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO PARAÍSO-PR**

Pregão Presencial nº 73/2019
Data: 30/10/2019
Horário: 09:00 Horas

Umuarama-PR
2019

04.162.105/0001-06

**C.A.E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**
AV. ALEXANDRE CERRANTO, 1930
JARDIM PARAÍSO

87507-190 - UMUARAMA - PR

PARANÁ QUÍMICA



**C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
QUÍMICOS LTDA - EPP
CNPJ: 04.162.105/0001-06**

**“PROPOSTA
DE
PREÇOS”**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO PARAÍSO**

Pregão Presencial nº 73/2019

Data: 30/10/2019

Horário: 09:00 Horas

04.162.105/0001-06

**C A E-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-EPP**

**RUA CANELINHA, 1930 - PO INDUSTRIAL
JD. PARAÍSO - CEP 87507-190
UMUARAMA - PARANÁ**

**Umuarama-PR
2019**

C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

CNPJ: 04.162.105/0001-06
Rua Canelinha, nº 1930 - Jardim Paraíso
CEP 87507-190
Umuarama - Paraná

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

Processo Licitatório nº 105/2019

Pregão Presencial nº 073/2019

LOTE 1 - INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VLR MAX UNIT	VLR UNIT	VLR TOTAL	MARCA
1	Intercap Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	100	118,70	118,70	11.870,00	Paraná Química
2	Solupan Concentrado, balde de 50 Litros	Balde	50	118,70	118,70	5.935,00	Paraná Química
3	Shampoo concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	10	119,00	119,00	1.190,00	Paraná Química
Total R\$						18.995,00	

Valor: R\$ 18.995,00 (Dezoito Mil Novecentos e noventa e cinco reais).

Prazo de Validade da proposta de preços: 60 (Sessenta Dias).

Prazo de Entrega: Não superior a 02 (dois) dias.

Condições de Pagamento: 30 (Trinta) dias após entrega dos produtos

Alto Paraíso-PR., 25 de Outubro de 2019

ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

RG: 6.674.587-1-SSP/PR

CPF: 044.727.319-16

Sócia Administradora

C A E-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-EPP

RUA CANELINHA, 1930 - PQ INDUSTRIAL
JD. PARAISO - CEP 87507-190
UMUARAMA - PARANÁ



**PA E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
QUÍMICOS LTDA - EPP**
CNPJ: 04.162.105/0001-06

“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

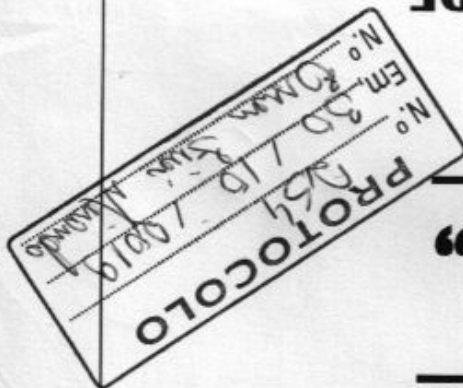
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO PARAÍSO-PR**

Pregão Presencial nº 73/2019
Data: 30/10/2019
Horário: 09:00 Horas

Umuarama-PR
2019

04.162.105/0001-06

**C.A.E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**
AV. ALEXANDRE CERRANTO, 1930
JARDIM PARAÍSO
87507-190 - UMUARAMA - PR





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

093

TERMO DE CONFERÊNCIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 073/19

MODALIDADE: Pregão

PROPOSITANTE: CAE Indústria

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#####	SOLICITADO	VALIDADE	OBSERVAÇÃO
RG e CPF dos Sócios	Sim	OK	
Contrato Social	Sim	OK	
Cartão CNPJ	Sim	OK	
CICAD	Sim	OK	
CND Federal/INSS	Sim	OK	
CND Estadual	Sim	OK	
CND Municipal	Sim	OK	
CND Fgts	Sim	OK	
Atestados de Clientes (02)			
Certidão de Concordata e Falência	Sim	OK	
Confirmar CNPJ e endereço nas Certidões			
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	Sim	OK	
Remessa I	Sim	OK	
II	Sim	OK	
III	Sim	OK	

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

#####	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	30 dias		
Prazo de Entrega	05 dias		
Validade da Proposta	60 dias		
Garantia		OK	
Assinaturas			
Apresentou a marca do (s) produto(s)			
A proposta esta dentro do vlr. máximo			

Alto Paraíso – PR, 30/10/19

Assinatura
Assinatura do Membro Conferente

PARANÁ QUÍMICA



**C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
QUÍMICOS LTDA - EPP
CNPJ: 04.162.105/0001-06**

**“DOCUMENTOS
DE
HABILITAÇÃO”**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALTO PARAÍSO**

Pregão Presencial nº 73/2019

Data: 30/10/2019

Horário: 09:00 Horas

04.162.105/0001-06

C A E-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-EPP

RUA CANELINHA, 1930 - PO INDUSTRIAL
JO. PARAÍSO - CEP 87507-190
UMUARAMA - PARANÁ

**Umuarama-PR
2019**

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

Página 1 de 5

BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da carteira de Identidade civil RG: 6.764.603-7-SSP/PR e no CPF: 794.081.419-20, residente e domiciliada na Avenida Rotary, nº 2571 – Parque Presidente, CEP 87505-030, na cidade de Umuarama-PR.

ARIADNA RUBIO BORSATO DAMÁSIO, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade civil RG: 6.764.587-1-SSP/PR e inscrita no CPF: 044.727.319-16, residente e domiciliada na Rua Martinho Pedrangelo, nº 1420 – Jardim Imperial I, CEP 87505-501, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada de: **C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** com sede e domicílio na Rua Canelinha nº 1930 – Jardim Paraíso, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná NIRE 41204456693 em sessão de 22/11/2000, e ultima alteração contratual sob nº 20112373615 em 29/04/2011 pelo presente inscrita no CNPJ: 04.162.105/0001-06, resolvem assim alterar o contrato social:

CLAUSULA PRIMEIRA: O endereço da sede fica alterado para: Avenida Alexandre Ceranto, nº 1930, Jardim Paraíso, CEP 8757-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento e, RESOLVEM CONSOLIDAR o Contrato Social e Alterações, **ADEQUANDO-SE** à Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002, com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da carteira de identidade civil RG: 6.764.603-7-SSP/PR e inscrita no CPF: 794.081.419-20, residente e domiciliada na Avenida Rotary, nº 2571 – Parque Presidente, CEP 87505-030, na cidade de Umuarama Estado do Paraná;



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/03/2018 16:06 SOB Nº 20181147575.
 PROTOCOLO: 181047575 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801139827. NIRE: 41204456693.
 C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 28/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

Página 2 de 5

ARIADNA RUBIO BORSATO DAMÁSIO, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade civil RG: 6.764.587-1-SSP/PR e inscrita no CPF: 044.727.319-16, residente e domiciliada na Rua Martinho Pedrangelo, nº 1420 – Jardim Imperial I, CEP 87505-501, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada de: **C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** com sede e domicílio na Rua Canelinha nº 1930 – Jardim Paraíso, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná NIRE 41204456693 em sessão de 22/11/2000, e última alteração contratual sob nº 20112373615 em 29/04/2011 pelo presente inscrita no CNPJ: 04.162.105/0001-06, resolvem assim consolidar o contrato social:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de: **C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** e tem sua sede e domicílio na Avenida Alexandre Ceranto nº 1930 – Jardim Paraíso, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná

CLAUSULA SEGUNDA: O Capital Social na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), dividido em 20.000 (Vinte Mil) quotas, pelo valor nominal de R\$ 10,00 (Dez Reais), cada uma, subscritas e Integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	R\$ VALOR
BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO	1.000	10.000,00
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMÁSIO	1.000	10.000,00
VALOR TOTAL	2.000	20.000,00

CLAUSULA TERCEIRA: A sociedade tem por objeto social: Fabricação e comércio de sabões e detergentes, cosméticos e produtos de perfumaria e de higiene pessoal, comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, transporte de produtos químicos.

CLAUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em **01/12/2000**, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.



CERTIFICADO O REGISTRO EM 28/03/2018 16:06 SOB Nº 20181047675,
 PROTOCOLO: 181047675 DE 05/03/2018, CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801139827. NIRE: 41204456693.
 C A E - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 28/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

Página 3 de 5

CLAUSULA QUINTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição.

CLAUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA SÉTIMA: A administração da Sociedade caberá aos sócios **ARIADNA RUBIO BORSATO DAMÁSIO e BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO** com os poderes e atribuições de administrador, a qual compete privativa e individualmente o uso da firma, a representação ativa passiva judicial e extrajudicial da sociedade. Sendo-lhe entretanto vedado o seu emprego sobre qualquer pretexto e modalidade em negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de aval, fianças ou caução de favor.

CLAUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

§ Único: Até 30 de abril do ano seguinte ao do encerramento do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLAUSULA NONA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA DÉCIMA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.



CERTIFICADO DE REGISTRO EM 28/03/2018 15:06 SOB Nº 20181047675.
 PROTOCOLO: 181047675 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801139827. NIRE: 41204456693.
 C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 28/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

Página 4 de 5

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Quando a maioria dos sócios, que representem mais da metade do Capital Social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração de contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa.

§ Único: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembléia especialmente convocada para esse fim, com a presença de todos os sócios, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa, aplicando para a liquidação ou pagamento das quotas o disposto na cláusula décima primeira, parágrafo único.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade reger-se-á supletivamente nas omissões deste contrato pelas normas da Lei 6.404/76 e demais alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: A convocação dos sócios será efetuada por meio de correspondência registrada, com antecedência de 03 (três) dias da data da reunião de sócios.

§ 1º: Dispensam-se, as formalidades de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data hora e ordem do dia.

§ Segundo: A reunião de sócios torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Umuarama Estado do Paraná para qualquer ação fundada neste contrato.



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/03/2018 16:06 SOB Nº 20181047675.
 PROTOCOLO: 181047675 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801139827. NIRE: 41204456693.
 C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 28/03/2018
 www.empresafacil.pr.gov.br

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 03

CNPJ: 04.162.105/0001-06

NIRE: 41204456693

Página 5 de 5

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única.

Umuarama-PR., 01 de Março de 2018

Ariadna R. Borsato Damásio
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMÁSIO

Bernadete A R Borsato
BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO



CERTIFICADO O REGISTRO EM 28/03/2018 16:06 SOB Nº 20181047675.
 PROTOCOLO: 181047675 DE 05/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801139827. NIRE: 41204456693.
 C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 28/03/2018
www.empresajcail.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita a comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.162.105/0001-06 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL C A E - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA		DATA DE ABERTURA 22/11/2000	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PARANA QUIMICA		PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 20.61-4-00 - Fabricação de sabões e detergentes sintéticos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 48.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 20.63-1-00 - Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 48.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos			
TIPO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 1-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV ALEXANDRE CERANTO		NÚMERO 1930	COMPLEMENTO
CEP 87.507-190	BARRIO/DISTRITO JARDIM PARAISO	MUNICÍPIO UMUARAMA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (44) 3639-2526	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/10/2019 às 16:47:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

 [Baixar Formulário](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

**Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD**

Inscrição no CAD/ICMS

90234637-65

Inscrição CNPJ

04.162.105/0001-06

Início das Atividades

06/2001

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial C A E INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA ME

Título do Estabelecimento PARANA QUIMICA

Endereço do Estabelecimento AV. ALEXANDRE CERANTO, 1930 - JARDIM PARAISO - CEP 87507-190
FONE: (44) 3639-2526Município de Instalação UMUARAMA - PR, DESDE 06/2001
(Estabelecimento Matriz)**Qualificação**

Situação Atual ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 07/2016

Natureza Jurídica 206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA

Atividade Econômica Principal do Estabelecimento 2061-4/00 - FABRICAÇÃO DE SABOES E DETERGENTES SINTÉTICOS

2063-1/00 - FABRICAÇÃO DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL

Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento 4649-4/08 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR

4930-2/03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	794.081.419-20	BERNADETE APARECIDA RUBIO BORSATO	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	044.727.319-16	ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 27/11/2019.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90234637-65

Emitido Eletronicamente via Internet
28/10/2019 8:20:20Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAROs dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via
Internet www.fazenda.pr.gov.br



Receita Federal

**CERTIDÃO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: C A E - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
CNPJ: 04.162.105/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 2/10/2014.
Emitida às 20:09:04 do dia 23/05/2019 <hora e data de Brasília>

Válida até 19/11/2019.

Código de controle da certidão: 3682.0396.9844.84B4

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

103

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 020860192-40

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 04.162.105/0001-06

Nome: C A E INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA ME

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

↙ Válida até 21/02/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
SECRETARIA DE FAZENDA
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos Nº 34215 / 2019

CERTIFICAMOS, conforme requerido por C.A.E - INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, CPF/CNPJ nº 04.162.105/0001-06, para fins **LICITAÇÃO**, que **EXISTEM DÉBITOS À VENCER** RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data em nome de **C A E INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP** CPF/CNPJ nº 04.162.105/0001-06, situado(a) na cidade de Umuarama.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 7AAB6398F86995C224401CE109BF8F6E

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 26/01/2020

Umuarama, segunda-feira, 28 outubro, 2019

FUNÇÃO: **WEB**

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 04.162.105/0001-06**Razão Social:** C A E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA**Endereço:** RUA CANELINHA / JD PARAISO / UMUARAMA / PR / 87507-190

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/10/2019 a 11/11/2019**Certificação Número:** 2019101306041578803308

Informação obtida em 24/10/2019 16:53:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: C A E - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 04.162.105/0001-06

Certidão n°: 187982420/2019

Expedição: 24/10/2019, às 16:50:15

Validade: 20/04/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que C A E - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 04.162.105/0001-06, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

No Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

COMARCA DE UMUARAMA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR,
PARTIDOR, DEPOSITÁRIO PÚBLICO E
AVALIADOR JUDICIAL

MARIA JOSÉ IZIDORO FURLAN
CPF 474.159.639-15
OFICIAL DESIGNADA



ESTADO DO PARANÁ

RÔNIE VOM DO NASCIMENTO
BIANCA VANESSA RIBEIRO MACHADO
FUNCIONÁRIOS JURAMENTADOS

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição, Ações: AÇÃO DE FALENCIA, AÇÃO DE FALENCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PROCESSOS FALIMENTARES sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

C A E - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA

CNPJ 04.162.105/0001-06, no período compreendido entre a presente data e os últimos 30 anos que a antecedem.



UMUARAMA/PR, 12 de Agosto de 2019, 17:36:24

BIANCA VANESSA RIBEIRO MACHADO





AUTENTICAÇÃO
Aqui se dá a reprodução
do documento apresentado no
cartório desta
Sua
Data
(PI)

21/04/2019

☐ Dr. Anilton Ribeiro Tavares - Del. Notarial
☒ Maria Ap. Ferreira Almeida - Del. Notarial

**C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS
LTDA**

CNPJ: 04.162.105/0001-06
Rua Canelinha, nº 1930 – Jardim Paraíso
CEP 87507-190
Umuarama - Paraná

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º INCISO
XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

Processo Licitatório nº 105/2019
Pregão Presencial nº 073/2019

A proponente, **C A E – INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA** estabelecida na Rua Canelinha, nº 1930 – Jardim Paraíso, Parque Industrial, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 04.162.105/0001-06, por intermédio de seu representante legal o sr^a **ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO**, portadora do documento de identidade civil RG: 6.764.587-1-SSP/PR e inscrita no CPF/MF: 044.727.319-16, **DECLARA** sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos. Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

Umuarama – PR, 25 de Outubro de 2019

Ariadna R. Borsato Damasio
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

RG: 6.764.587-1-SSP/PR

CPF: 044.727.319-16

Sócia Administradora

04.162.105/0001-06

C A E-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-EPR

RUA CANELINHA, 1930 - PO INDUSTRIAL

JD. PARAÍSO - CEP 87507-190

UMUARAMA - PARANÁ

**C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS
LTDA**

CNPJ: 04.162.105/0001-06
Rua Canelinha, nº 1930 - Jardim Paraíso
CEP 87507-190
Umuarama - Paraná

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU
CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

A

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

Processo Licitatório nº 105/2019

Pregão Presencial nº 073/2019

A proponente, **C A E - INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA** estabelecida na Rua Canelinha, nº 1930 - Jardim Paraíso, Parque Industrial, CEP 87507-190, na cidade de Umuarama Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 04.162.105/0001-06, por intermédio de seu representante legal o sr^a **ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO**, portadora do documento de identidade civil RG: 6.764.587-1-SSP/PR e inscrita no CPF/MF: 044.727.319-16, **DECLARA** sob as penas da Lei que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Umuarama - PR, 25 de Outubro de 2019

Ariadna R. Borsato Damasio
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

RG: 6.674.587-1-SSP/PR

CPF: 044.727.319-16

Sócia Administradora

04.162.105/0001-06

C A E-INDUSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-EPP

RUA CANELINHA, 1930 - PO INDUSTRIAL
JD. PARAÍSO - CEP 87507-190
UMUARAMA - PARANÁ

C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

CNPJ: 04.162.105/0001-06
Rua Canelinha, nº 1930 – Jardim Paraíso
CEP 87507-190
Umuarama - Paraná

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DE CONTRATOS

A
 Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

Processo Licitatório nº 105/2019
Pregão Presencial nº 073/2019

1 – DA EMPRESA PROPONENTE

Razão Social da proponente: C A E – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

CNPJ: 04.162.105/0001-06

Endereço: Rua Canelinha, nº 1930 –

Bairro: Jardim Paraíso – Parque Industrial, **CEP** 87507-190,

Cidade: Umuarama Estado: Paraná

Conta Corrente nº 12008-1 – **Agência Bancária:** 0645-9

Banco: Banco do Brasil

Inscrição Estadual: 9023463765 – **Inscrição Municipal:** 20784

Email: everton@paranaquimica.com.br

2- DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DE CONTRATO:

Nome do Representante legal: ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

Função/Cargo: Sócia Administradora

Data de Nascimento: 25/01/1985

RG nº 6.764.587-1 **Órgão Expedidor** SSP/PR – **CPF:** 044.277.319-16

Endereço: Rua Martinho Pedrangelo, nº 1420 – **Bairro:** Jardim Imperial

CEP: 87505-501

Fone: 44 3639-2526

E-mail: ariadnarb@hotmail.com

Umuarama – PR, 25 de Outubro de 2019

ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

RG: 6.764.587-1-SSP/PR

CPF: 044.277.319-16

Sócia Administradora

C A E-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-EPP

RUA CANELINHA, 1930 - PQ INDUSTRIAL

JD. PARAÍSO - CEP 87507-190

UMUARAMA - PARANÁ

Pregão Presencial Nº 73/2019

Ata de sessão de recebimento e julgamento dos envelopes nº 1 e 2, em atendimento ao Pregão Presencial Nº 73/2019.

Às 09:00 horas do dia trinta de outubro de 2019, na dependência da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, reuniu-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria Nº 1522019/2019 de 3 de abril de 2019, para proceder ao recebimento dos envelopes nº 1 e 2 a serem entregues pelas empresas interessadas no objeto do Pregão Presencial nº 73/2019. Aberta a sessão pelo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a), apresentaram-se como proponentes as empresas:

FORNECEDOR	CNPJ/CPF FOR	REPRESENTANTE LEGAL	CNPJ/CPF REP	PORTE	CREDENCIADO
C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	04.162.105/0001-06	JEFERSON DE ALMEIDA DAMASIO	884.735.709-87	EPP	SIM
D. DIGIORGIO PRODUTOS SANEANTES	34.382.824/0001-95	ANDRE SASSA MARTINS	086.377.909-33	EPP	SIM

Efetuada a entrega dos envelopes no setor de licitações, o/a Senhor(a) Pregoeiro(a) declarou encerrado o prazo de entrega de qualquer envelope nos termos do edital. Em ato contínuo, procedeu-se o credenciamento do(s) representante(s) presente(s) e em seguida a abertura do envelope nº 1, contendo as propostas, que foram analisadas e rubricadas pelo pregoeiro(a), equipe de apoio e representante(s) presente(s). O/A pregoeiro(a) fez a leitura em voz alta do preço proposto, conforme a tabela abaixo.

CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR	LOTE	DESCRIÇÃO	VL. EDITAL	VL. VLFINAL
1	C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	1	INTERCAP. SOLUPAN E SHAMPOO	\$18,995.00	\$18,100.00

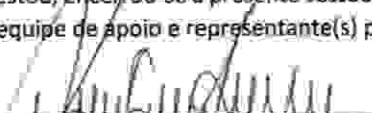
Valor Total Por Fornecedor em R\$:


VENCEDOR(ES):	CNPJ/CPF	VL. TOTAL
C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	04.162.105/0001-06	\$18,100.00

Habilitação


FORNECEDOR	CNPJ/CPF	HABILITAÇÃO
C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	04.162.105/0001-06	HABILITADO


Encerrada a fase de lances verbais, o/a senhor(a) pregoeiro(a) deixou livre a palavra e como ninguém manifestou interesse em interpor recurso, procedeu-se a abertura dos envelopes nº 2, contendo o(s) documento(s) da(s) proponente(s) vencedora(s), os quais foram analisados e rubricados pelo(a) pregoeiro(a), equipe de apoio e representante(s) presente(s), sendo verificadas todas as certidões, estando as mesmas em conformidade. O/A pregoeiro(a) deixou livre a palavra e como ninguém manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso ao participante o direito a recurso, nos termos do inciso XX do artigo 4º, da Lei 10.520/2002. Verificou-se que a(s) proponente(s) apresentou (aram) todos os documentos de acordo com as exigências do edital, motivo pela qual o/a pregoeiro(a) declarou vencedora(s) a(s) empresa(s), conforme valores propostos na tabela acima, adjudicando, conforme registrado no(s) respectivo(s) item(ns). O/A senhor(a) pregoeiro(a) deixou livre a palavra e como ninguém mais se manifestou, encerrou-se a presente sessão sendo redigido a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo(a) pregoeiro(a), equipe de apoio e representante(s) presente(s).

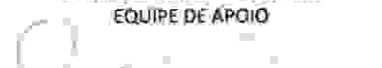

UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA
EQUIPE DE APOIO



MARILDA ROSA NASCIMENTO DA SILVA
EQUIPE DE APOIO


VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Pregoeiro


MARIA DE OLIVEIRA CAETANO
EQUIPE DE APOIO


CINTHIA LAIZE ZAGOTO
EQUIPE DE APOIO


JEFERSON DE ALMEIDA DAMASIO
REPRESENTANTE


ANDRE SASSA MARTINS
REPRESENTANTE

HISTÓRICO DO PREGÃO

Processo: 105/2019 - Pregão - Normal		
Objeto: Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital		
Expedição: 15/10/2019	Homologação:	Situação: Aberta

CREDENCIAMENTO

Fornecedor	Representante Legal	Porte	Credenciado
C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	JEFERSON DE ALMEIDA DAMASIO	EPP	Sim
D. DIGIORGIO PRODUTOS SANEANTES	ANDRE SASSA MARTINS	EPP	Sim

CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

Lote	Descrição	Valor de Referência	%
1	INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO	18.995,0000	-
Classificação	Fornecedor	Valor Unitário	%
1	D. DIGIORGIO PRODUTOS SANEANTES	18.987,0000	-
2	C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	18.995,0000	0,04

HISTÓRICO DOS LANCES

Lote	Descrição	Valor de Referência	%
1	INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO	18.995,0000	-
Lance	Fornecedor	Valor Unitário	%
1	C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	18.950,0000	-0,24
2	D. DIGIORGIO PRODUTOS SANEANTES	18.940,0000	-0,29
3	C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	18.800,0000	-1,03
4	D. DIGIORGIO PRODUTOS SANEANTES	18.790,0000	-1,08
5	C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	18.100,0000	-4,71
6	D. DIGIORGIO PRODUTOS SANEANTES	Declinou	-

CLASSIFICAÇÃO APÓS OS LANCES

Lote	Descrição	Valor de Referência	%
1	INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO	18.995,0000	-
Classificação	Fornecedor	Valor Unitário	%
1	C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	18.100,0000	-
2	D. DIGIORGIO PRODUTOS SANEANTES	18.790,0000	3,81

BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - EMPATE FICTO

Lote	Descrição	Valor de Referência	%
1	INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO	18.995,0000	-
Sem lançamentos.			

NEGOCIAÇÃO

Lote	Descrição	Valor de Referência	%
1	INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO	18.995,0000	-
Sem negociação.			

HABILITAÇÃO

Fornecedor	Situação
C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA	Habilitado

HISTÓRICO DO PREGÃO

Processo: 105/2019 - Pregão - Normal		
Objeto: Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital		
Expedição: 15/10/2019	Homologação:	Situação: Aberta

RATEIO DOS ITENS POR LOTE

Lote	Descrição	Valor de Referência	%
1	INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO	18.995,0000	-
Sem rateio.			

CLASSIFICAÇÃO FINAL POR LOTE

Lote	Descrição	Valor de Referência	%
1	INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO	18.995,0000	-
Classificação	Fornecedor	Valor do Lote	%
1	C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA.	18.100,0000	-
2	D. DIGIORGIO PRODUTOS SANEANTES	18.790,0000	3,81

CLASSIFICAÇÃO FINAL POR FORNECEDOR

Fornecedor: C.A.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA		
Lote	Descrição	Valor do Lote
1	INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO	18.100,00
Total do Fornecedor:		18.100,00
Total Geral		18.100,00

C A E - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
CNPJ: 04.162.105/0001-06
Rua Canelinha, nº 1930 - Jardim Paraíso
CEP 87507-190
Umuarama - Paraná

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

Processo Licitatório nº 105/2019

Pregão Presencial nº 073/2019

LOTE I - INTERCAP, SOLUPAN E SHAMPOO

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VLR MAX UNIT	VLR UNIT	VLR TOTAL	% Desconto	MARCA
1	Intercap Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	100	118,70	113,00	11.300,00	4,81	Paraná Química
2	Solupan Concentrado, balde de 50 Litros	Balde	50	118,70	113,00	5.650,00	4,81	Paraná Química
3	Shampoo concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	10	119,00	115,00	1.150,00	3,37	Paraná Química
					Total R\$	18.100,00		

Valor: R\$ 18.100,00 (Dezoito Mil e Cem reais).

Prazo de Validade da proposta de preços: 60 (Sessenta Dias).

Prazo de Entrega: Não superior a 02 (dois) dias.

Condições de Pagamento: 30 (Trinta) dias após entrega dos produtos

Alto Paraíso-PR., 25 de Outubro de 2019

Ariadna R. Borsato Damasio
ARIADNA RUBIO BORSATO DAMASIO

RG: 6.674.587-1-SSP/PR

CPF: 044.727.319-16

Sócia Administradora



PARECER JURÍDICO

Pregão Presencial Nº 073/2019

Processo Administrativo nº 105/2019

Objeto: “Aquisição de intercap, solupan e shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviário do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste Edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do Município, seguindo as condições particulares deste Edital”.

A licitação em análise é aquela de que trata o Edital de Pregão nº 073/2019, tratando da licitação na modalidade **Pregão Presencial**, iniciada pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, objetivando a aquisição de intercap, solupan e shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviário do Município de Alto Paraíso.

Analizados por esta Procuradoria Jurídica os critérios atinentes à escolha da modalidade licitatória em questão, seguiu-se *Parecer Favorável* para a continuidade dos trabalhos, passando-se agora à análise da *fase externa* do presente processo licitatório.

O *Aviso de Licitação* foi publicado no Órgão Oficial do Município – Jornal Umuarama Ilustrado, em data de 16 de Outubro de 2019, edição nº 11.684, do Jornal Umuarama Ilustrado, conforme encarte de jornal em anexo.

A *Sessão Pública* para a entrega dos envelopes e abertura do certame foi designada para o dia 30 de Outubro de 2019, respeitado, portanto, o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis de que trata o art. 4º, inciso V, da Lei 10.520/2002.

Analizando-se o certame quanto à *Fase de Classificação e Julgamento das Propostas*, constatou-se que 02 (duas) empresas esboçaram interesse no objeto da licitação: **C. A. E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA - CNPJ 04.162.105/0001-06** e **D. DIGIORGIO PRODUTOS SANEANTES - CNPJ 34.382.824/0001-95**, ambas devidamente representadas por seus representantes legais.

A Comissão de Licitação, presidida pelo Pregoeiro designado, passou então a analisar a proposta apresentada pela empresa credenciada.

Abriu-se, então o *envelope de proposta* constatando que as empresas acima citadas apresentaram propostas compatíveis com objeto, prazos e condições com aqueles definidos no edital, sendo que o pregoeiro, com a equipe de apoio, a selecionou para



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR 117

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

participar da Fase de Lances em razão dos preços propostos, nos termos dos incisos VIII e IX do Artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Superada a fase de negociação, foi declarada vencedora a empresa C. A. E. INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. QUIMICOS LTDA - CNPJ 04.162.105/0001-06, em razão dos preços especificados serem aceitáveis, bem como estar dentro do valor praticado no mercado.

Abrindo-se o *envelope de documentação*, cotejados os mesmos, com os requisitos exigidos no Edital, o Pregoeiro designado, auxiliado pela Equipe de Apoio, deliberou pela regularidade dos mesmos.

Como ninguém manifestou intenção de interpor recurso, o Pregoeiro designado previamente adjudicou o objeto da licitação à empresa acima citada.

Finalmente, foi declarada encerrada a Sessão Pública, lavrando-se a respectiva ata.

No que tange à documentação apresentada pela licitante, esta Procuradoria Jurídica aconselha os Srs. Membros da Comissão de Licitação, especialmente o Pregoeiro designado, que fiscalize documento por documento conferindo sua validade e autenticidade, se já não o fizeram.

Esta Procuradoria Jurídica ressalta aos Membros da Comissão de Licitação para atentarem ao disposto no Art. 9º da Lei 8.666/93, bem como ao Art. 91 da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso, que disciplina as proibições de contratar com o Município, e proibição de participar de Licitação.

Observadas as ponderações acima, o posicionamento adotado por esta Procuradoria Jurídica, respeitada opinião contrária, é pela regularidade da licitação, contudo, ressaltamos que o parecer ora apresentado é meramente técnico, não vinculando a decisão do administrador.

Pelo exposto, nossa opinião é no sentido de que os critérios e requisitos da norma foram preenchidos, motivo pelo qual poderá o Prefeito Municipal, caso venha a adotar posicionamento semelhante, homologar e adjudicar em favor da vencedora do certame, mediante Decreto.

É o nosso parecer.

Alto Paraíso - PR, 30 de Outubro de 2019.


Roberto Gonçalves Delfim
Procurador Jurídico
OAB-PR 58.768



DECRETO N.2097/2019

DATA: 04 de Novembro de 2019.

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do processo licitatório, Modalidade Pregão, n. 073/2019

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan,

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa **C A E INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA**, o lote I, o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 073/2019.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 073/2019 em favor da empresa **C A E INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA**, o lote I, que tem como objeto: Aquisição de Intercep, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.

Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 04 dias do mês de Novembro de 2019.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUAFAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 05 / 11 / 2019

Edição N.º 27.700

representante legal, implicará na aceitação das decisões deliberadas em Assembleia Geral.
Nota 1: Todos os associados deverão estar com suas taxas mensais devidamente quitadas, pois as unidades devedoras estarão impossibilitadas em proceder decisões na assembleia, conforme prevê o Estatuto.

Umuarama-Pr., 25 de outubro de 2019.

Marcio José Kobren
Presidente

Rua Rodrigues Alves, nº. 5L - Jardim Petrópolis - CEP 87.508-080 - Umuarama-Pr.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 458/2019

SÚMULA: Concessão de Férias Interrompidas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 13 (dezenove) dias de férias que haviam sido interrompidas através da Portaria nº 359/2019, a servidor VALDETE MEDEIROS FERREIRA DE MELO, portador da CIRQ nº 7.172.163-5, ocupante do cargo de Promotor em comissão de SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS, lotada na SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS, com período de aquisição de 01/08/2017 a 31/07/2018, com tráfego em 02/09/2019 a 21/09/2019, conforme Portaria nº 348/2019, para serem gozadas no período de 04/11/2019 a 22/11/2019.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 04 (quatro) dias do mês de novembro de 2019.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br
www.altoparaíso.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, NOTIFICAMOS os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais do Município, quanto ao recebimento dos seguintes recursos financeiros:

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALORES
UNIÃO - Outros Royalties e Compensação - FEP	01/11/2019	250,02
TOTAL REPASSE		250,02

Alto Paraíso, 04 de Novembro de 2019.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 2097/2019

DATA: 04 de Novembro de 2019.

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do processo licitatório, Modalidade Pregão, n.º 073/2019.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Proponente, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Adjudicado em favor da empresa C & E INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, o

lote 1, o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 073/2019.

Art. 2º - Fica Homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 073/2019 em favor de empresa

C & E INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, a lote 1, que tem como objeto: Aquisição de

Óleo, Lubrificantes, produtos para limpeza, peças e equipamentos, destinados aos serviços do

Departamento de Manutenção do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste Edital. Os produtos serão

entregues de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 04 dias do mês de Novembro de 2019.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

ESTADO DO PARANÁ

ATA DE CLASSIFICAÇÃO Nº 04/2019

Tamada de Pregos Nº 34/2019 do Município De Alto Piquiri

Ata com a ordem de classificação das empresas que apresentaram as propostas técnicas referente a Tomada de

Pregos Nº 04/2019 que visa a contratação de 01 (uma) Agência de Propaganda para prestar serviços publicitários,

compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente, que tenham por objetivo o estudo, o

planejamento, a concepção, a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e

demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação à divisão

de ideias, princípios, iniciativas, produtos e serviços de instituições ou de informar ao público em geral. Após

análise técnica pela subcomissão a classificação das empresas ficou assim:

EMPRESA NOTA CLASSIFICAÇÃO

PHD COMUNICAÇÃO LTDA 88,31 1º

PLA PROPAGANDA LTDA 81,47 2º

UMUARAMA PUBLICIDADES LTDA EPP 75,14 3º

Nada mais havendo de nota a registrar, fica aberto o prazo recursal de 05 dias a contar da data de publicação desta

documento, constando que foi lavrada a presente ata, que após lida e achada fiel, será devidamente assinada pela

Comissão de Licitação.

Alto Piquiri, 04 de novembro de 2019

Luiz Antonio Rabelo Junior - Presidente

Carlos Danilo dos Santos Silva - Membro

Bruno Ferreira de Oliveira - Membro

Antenor Cruz da Silva - Membro

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

AUTO POSTO BR GREGIANIN LTDA, torna público que irá requerer ao IAP a Renovação da Licença de Operação

para Comércio varejista de combustíveis e lubrificante para veículos automotores; Serviços de lavagem, lubrificação e

póimento de veículos automotores; Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência instalada na Avenida

Pedro Amaro dos Santos, nº. 571, Centro, Alto Paraíso/PR. Vaidade: 03/12/2019.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

AUTO POSTO BR GREGIANIN LTDA, torna público que recebeu do IAP a Licença de Operação para Comércio

varejista de combustíveis e lubrificante para veículos automotores; Serviços de lavagem, lubrificação e póimento de

veículos automotores; Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência instalada na Avenida Pedro Amaro

dos Santos, nº. 571, Centro, Alto Paraíso/PR. Vaidade: 03/12/2019.

1º Sérgio Antônio Carvalho
2º João Pedro da Silva
Maternal II
1º Isadora Santos Silva
2º Matheus Marques
3º Yasmin Vitória de Oliveira Santos
4º Murilo Ouedes Lopes
5º José Roberto Gonçalves
6º Nicolas Emanuel de Lima de Souza
CMEI SÃO JOSÉ
Berçário I
1º Marcos Sati Chieria Pereira
2º Josué Sati Chieria Pereira
3º Abraão Levi Rodrigues de Souza
4º Mirela dos Santos Aguiar
5º José Felipe Ramos de Andrade
Berçário II
1º Daniel Santana
2º Davi Jesus dos Anjos
3º Enzo Raphael dos Santos de Souza
4º Caleb Carvalho
5º Ana Laura
6º Luiz Afonso Mariano da Silva
7º Augusto D'Ávila Schimposki
8º João Pedro Barbieri de Azevedo
9º Pedro Emanuel dos Santos
10º Maria Rita Botoni
11º Miguel Pedros dos Santos
12º Manuela Crispim da Silva
13º Arthur D'Ávila Barbosa
14º Helena Gabrielly Martins de Lima
Maternal I
1º Vitor Emanuel Santana Souza
2º Geovana Maria Moro da Silva
3º Helena Ferreira da Silva
4º Laís Sati Chieria Pereira
5º Agnata Barbosa Campos
6º Mariana Andrade Dias Rosa
7º Pedro Miguel Santos Aguiar da Silva
8º Felipe Guilherme Gonçalves de Alencar
9º Brendi Luiza Vieira do Nascimento
Maternal II
1º Samuel Pedros
2º Kimberly Cristiny da Silva
3º Christopher Felipe Bernardes da Silva Ferreira
4º Antony Felipe de Freitas Cardoso
5º Miguel Miranda
6º Laís Borges da Silva
7º Bruna Emanuelly Padilha Costa
8º Molais Petean dos Santos
9º José Lucas Brogliato
10º Matheus Marques
11º Lucas Eduardo Pessoa da Silva
12º Oliver Philipe dos Santos Martins

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 223/2019

Cancela o Edital de Pregão Presencial nº. 075/2019 de 03 de outubro de 2019 e das outras providências.
CLAUDENIR GERVASONE - Prefeito do Município de Altonia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º - Fica Cancelado o Edital de Pregão Presencial, 075/2019 de 03 de outubro de 2019, que tinha como objeto a contratação EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE para fornecimento planejado e materiais hidráulicos para adequação do Pronto Socorro, Sala de Curativo e Sala do Gesso (Municipal).

Art. 2º - Fica cancelado por Conveniência Administrativa, em conformidade da Súmula 473 do Superior Tribunal de Justiça, todas as fases internas e externas já decorridas do processo em tela.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pago Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 30 de outubro de 2019.

CLAUDENIR GERVASONE

Prefeito Municipal

O MUNICÍPIO DE ALTONIA TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU AO IAP LICENÇA AMBIENTAL SIM PARA CENTRAL DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CONSTRUÇÃO RURAL N.º 914-A-1, QUADRA 02, DATA 13, GLEBA OURO VERDE, NO MUNICÍPIO DE ALTONIA, EI PARANÁ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 117/2019, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

SÚMULA: DISPOE SOBRE A CESSAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES CONCEDIDA AO SERVIDOR JOSÉ LOPES PRATES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o requerimento do servidor JOSÉ LOPES PRATES, protocolado requerimento sob nº 126/2019, retorno ao Quadro de Servidores Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar a LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, do Servidor JOSÉ LOPE inscrito na CIRQ sob nº 3.113.836-1 SSP-PR e CPF sob nº 555.272.739-00, ocupante do Cargo de

Edifício de VIGILANTE, concedida através da Portaria nº 035/2017, de 07 de fevereiro de 2017, devendo

retornar aos serviços, no dia 08 de outubro de 2019.

Art. 2º - O Servidor deverá se apresentar na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para

seu retorno às funções do cargo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Pago Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 07 dias do mês de Outubro de 2019.

MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROFISSIONAL POLIVALENTE FEMININO E MASCULINO

EDITAL Nº 51/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

CONVOCA CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 3

O Prefeito Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo

Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 38/2019, homologado pelo Edital nº 48/2

RESOLVE:

I - CONVOCAR os candidatos, abaixo identificados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - Edital

para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul, no dia

07 de novembro de 2019, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, para assumirem

ofícios, conforme segue:

CARGO: PROFISSIONAL POLIVALENTE FEMININO

INSCRIÇÃO CANDIDATO DOC/RG CLASSIF.

26 ELIANA DE SOUZA PINHEIRO 7.291.255-1/PR 1ª

20 NAIRARA DOS SANTOS AGOSTINHO 193.204-4/PR 2ª

CARGO: PROFISSIONAL POLIVALENTE MASCULINO

INSCRIÇÃO CANDIDATO DOC/RG CLASSIF.

13 GILSON ADIACI 10.023.473-3/PR 1ª

II - DETERMINAR que os candidatos convocados apresentem cópia autenticada em cartório da documentação

ou cópia acompanhada dos respectivos originais para conferência, quando couber:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

b) Cédula de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

d) Carteira Nacional de Habilitação (se houver);

e) Título e Eletor com o último comprovante de votação;

f) Comprovante de Conta Corrente ou Conta Salário no Banco Bradesco;

g) Registro Civil (Nascimento ou Casamento);

h) Certificado de registro militar;

i) Cartão de Cadastro em nome do PIS/PASEP;

j) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

k) Declaração Pessoal de não acumulação de cargos, exceto as previstas pela Constituição Federal;

l) Comprovante de Regularidade Fiscal com o Estado, mediante a exibição de Certidão Negativa

atualizada até mês de assinatura do contrato temporário;

m) Declaração negativa de antecedentes criminais expedida pela comarca sede do candidato;

n) Exame médico pericial atestando estar em condições para o trabalho;

o) Cartão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

p) Comprovante de residência.

III - Os candidatos deverão ainda, se submeterem a exames de aptidão física, de caráter eliminatório, ou

de aferir se as condições de saúde são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo.

IV - O não comparecimento, no prazo fixado, para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga

resultará na vaga e consequente desclassificação.

V - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pago Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de novembro de 2019.

MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATO Nº 153/2019
Pregão Presencial nº 073/2019.
Processo Administrativo nº 105/2019
Homologado: 04/11/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO E A EMPRESA C A E INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

I – CONTRATANTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, inscrita no CGC/MF sob o n.º 95.640.736/0001-30, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **C A E INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA**, com sede à Rua Canelinha, 1930, Jardim Paraíso, Parque Industrial – Umuarama – PR, CEP: 87.507-190, inscrita no CNPJ: 04.162.105/0001-06 e Inscrição Estadual 90.234.637-65, denominada **CONTRATADA**.

II – REPRESENTANTES: Representa a **CONTRATANTE** o Prefeito Municipal, Sr. **Dercio Jardim Junior**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG n.º 1.649.033-4 SSP/PR e CPF: 474.519.719-53 e a **CONTRATADA** neste ato representado pela Sr. **Ariadna Rubio Borsato Damasio**, brasileira, empresária, residente e domiciliado na Rua Martinho Pedrangelo, 1420, Bairro: Jardim Imperial, CEP: 87.505-501, na cidade de Umuarama – Estado do Paraná, portador do RG n.º 6.764.587-1 SSP/PR e CPF: N.º 044.277.319-16 contatos e-mail everton@paranaquimica.com.br ariadnarb@hotmail.com (44) 3639-2526, daqui por diante denominado **Contratado**.

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações, assim como de acordo com as especificações técnicas constantes na proposta constante no processo da Pregão Presencial nº 073/2019, em seus Anexos e em conformidade com o ajustado a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato: Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contando a partir da data de assinatura do contrato podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, conforme determina lei de licitações 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor para o fornecimento dos produtos desse contrato é de R\$ 18.100,00 (dezoito mil e cem reais), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL", conforme a discriminação por item a seguir:

LOTE I - INTECARP, SOLUPAN E SHAMPOO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	Vir. Unitário	Vir. Total	Marca
1	Intecarp Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	100	113,00	11.300,00	PARANÁ QUÍMICA
2	Solupan Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	50	113,00	5.650,00	PARANÁ QUÍMICA
3	Shampoo Concentrado, Balde de 50 Litros	Balde	10	115,00	1.150,00	PARANÁ QUÍMICA

3.2. Os preços incluem, além do lucro, todas as despesas e custos de frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.

3.3. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade deste Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

3.3.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face de aumento autorizado pelo Governo Federal.

3.3.2 - Caso ocorra a variação nos preços, o contratado deverá solicitar formalmente a PREFEITURA, devidamente acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido.

3.4. Os pedidos de pagamento deverão ser devidamente instruídos com a Nota Fiscal Fatura ou Nota Fiscal. As Notas Fiscais/Faturas correspondente serão discriminativas, constando o número do Edital e assinatura do responsável da Secretaria competente, sem os quais não serão atendidos.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou à compensação financeira por atraso de pagamento.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) Orçamentária(s), devidamente compromissada nas contratações por meio de emissão de Notas de Empenho prévio, conforme tabela abaixo:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO	PRINC.
4108	339030220000	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIG	10.02.00.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS	726

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. A empresa contratada deverá efetuar a entrega, quando requisitada pela secretaria interessada, durante a vigência do contrato.

5.2. Os materiais que não atenderem as condições descritas no contrato ou que apresentarem quaisquer vícios de fabricação, serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE ao fornecedor para substituição, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de sua notificação formal por parte da Secretaria Solicitante, cabendo a CONTRATADA arcar com os custos da substituição.

5.3. O prazo de entrega do objeto será de acordo com a necessidade do Município no prazo não superior a 5 (**cinco**) dias úteis, a partir do recebimento pelo fornecedor da nota de empenho/Solicitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS GARANTIAS

6.1. A contratada garantirá seus produtos e/ou serviços, conforme o código de defesa do consumidor, a contar da aceitação do material entregue a contratante, e proposta levada a efeito no pregão presencial, imediatamente, assim que requisitado pela Secretaria competente, desde que, cumpridas todas as normas e condições previstas e prescritas pelo fabricante, a contar da aceitação dos produtos entregues a contratante.

CLÁUSULA SETIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO OBJETO

7.1. A empresa deverá fornecer os produtos solicitados, integralmente, no prazo estabelecido.

7.2. A empresa deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail, para contato imediato da CONTRATANTE.

7.3. Em caso de problemas de fabricação ou defeitos apresentados em função do transporte dos materiais a serem entregues, os mesmos deverão ser substituídos, com a mesma qualidade e quantidade, no prazo de 02 dias.

7.4. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes ocorridos aos seus funcionários na entrega do objeto;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664-1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

7.5. Informar a CONTRATANTE sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto da licitação ou data e forma de entrega, com devida justificativa.

7.6. A Contratante providenciará empenho para cobrir as despesas com o objeto deste Termo;

7.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, de acordo com a quantidade solicitada e efetivamente entregue, conforme o valor fixado na proposta pela CONTRATADA, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestado o recebimento por setor técnico competente, comprovando o recebimento do objeto deste Termo.

7.8. A contratante reserva-se no direito de suspender o pagamento se o objeto estiver em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

7.9. Sob pena de NÃO EMPENHO, a CONTRATADA obriga-se a informar em todas as notas fiscais os seguintes dados referentes à licitação:

- a) número do Pregão, Convite, Dispensa, Credenciamento ou outro, conforme o caso;
- b) número do Processo;
- c) número do Contrato;
- d) Numero de Série do produto entregue, quando for o caso.

7.10. Na Nota Fiscal o Fornecedor enquadrado no simples nacional deverá informar qual a alíquota do ISS o mesmo se enquadra nos termos da Lei 123/06 e 147/14. Em caso de não informação da alíquota será aplicada a maior alíquota prevista no anexo das Leis já mencionadas.

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1.1. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do material;

8.1.2. Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste termo de referência;

8.2. Fiscalizar o recebimento do objeto, de acordo com exigências do Termo de Referência.

8.3. Indicar o servidor que acompanhará o recebimento do presente instrumento, que apresentará à administração superior relatório comunicando qualquer inadimplência ocorrida na execução contratual, sendo sua responsabilidade efetuar o atesto no recebimento do objeto.

8.4. Comunicar a CONTRATADA, de forma imediata, qualquer irregularidade ou falha no fornecimento do objeto.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

8.5. Disponibilizar a CONTRATADA condições necessárias e adequada para entrega dos bens adquiridos.

CLAUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

9.1.2. Realizar testes e corrigir defeitos nos bens, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para o CONTRATANTE, durante o período de garantia.

9.1.3. Responder por todos os ônus referentes a entrega dos bens ora contratados, desde os salários do pessoal, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato.

9.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente.

CLÁUSULA DECÍMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio de unidade competente na forma que lhe convier;

10.2. À CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização;

10.3. A supervisão por parte da CONTRATANTE, sob qualquer forma, não isenta ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, na perfeita execução de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documento exigido para o certame, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Licitação, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II – multa, nos seguintes termos:

a) pelo atraso na entrega do objeto, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor total contratado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664.1320
 e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

- b) pela recusa na entrega, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor total contratado;
- c) pela demora em corrigir falha nos produtos, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total da nota fiscal, por dia decorrido;
- d) pela recusa em corrigir as falhas nos produtos, entendendo-se como recusa a falha ou defeito dos produtos nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor total da nota fiscal;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor total contratado.

11.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item acima.

11.5. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

11.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo;

11.7. O recolhimento da(s) multa(s) não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12. A rescisão contratual poderá ser:

12.1 Determinadas por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei no. 8.666/93;

12.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

12.3. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei nº



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o art. 87 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A quantidade prevista para efeito de fornecimento poderá ser alterada nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante o correspondente termo de aditamento a este Contrato.

13.2. O fornecedor signatário deste Contrato fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos de itens registrados, até o limite de 25% do valor estimado de contratação.

13.3. Será permitida a alteração contratual para restabelecer a relação que as partes pactuaram entre os encargos dos fornecedores e a retribuição da Administração Pública para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, devidamente comprovada.

13.4. Os dados pertinentes ao restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente deverão ser demonstrados por meio do preenchimento de Planilha de Decomposição de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática conluída”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua

Jo



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.”

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1. Para todos os efeitos de direito e para melhor caracterização da execução dos fornecimentos, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato o processo Administrativo nº 105/2019, na modalidade pregão presencial nº 073/2019 e seus respectivos anexos, em especial, as propostas de preços e os documentos de habilitação do fornecedor.

15.2. A execução do Contrato será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. A CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, arcará com despesas a título de lucros cessantes;

16.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Xambrê para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

Alto Paraíso- PR, 11 de Novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Dércio Jardim Junior

Marilda Rosa do Nascimento da Silva
C A E Indústria e Comércio de Produtos
Químicos Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Valdemir Ribeiro Sparapan
Valdemir Ribeiro Sparapan
005.876.549-29

Marilda Rosa do Nascimento da Silva
Marilda Rosa do Nascimento da Silva
033.220.759-58



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

129

EXTRATO DE CONTRATO nº 153/2019

Pregão Presencial nº 073/2019

Processo Administrativo nº 105/2019

Homologação: 04/11/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

CONTRATADO: C A E INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

OBJETO: Aquisição de Intercap, Solupan e Shampoo, para a limpeza dos veículos, máquinas e equipamentos, destinados aos serviços do Pátio Rodoviários do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, seguindo as condições particulares deste Edital.

VALOR: R\$ 18.100,00 (dezoito mil e cem reais).

VIGÊNCIA: 12 Meses.

FORUM: Comarca de Xambrê.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 20 / 11 / 2019

Edição N.º 11.312